



Entre Demostenes (E) e Casagrande, Viana preside reunião da CPI do Apagão

JANE ARAÚJO

CPI ouvirá os controladores envolvidos no acidente da Gol

A CPI do Apagão Aéreo ouve nesta semana os controladores de vôo que trabalhavam nos Cindactas de Manaus, Brasília e São José dos Campos no dia do

choque entre o Boeing da Gol com um jato Legacy da Excelair. A CPI toma também os depoimentos de militares e do delegado que investiga o caso.

PÁGINA 13

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.601/129 – Brasília, 28 de maio a 3 de junho de 2007

EDIÇÃO SEMANAL

Fundeb amplia benefício a estados e municípios

A relatora do projeto que regulamenta o fundo da educação básica, senadora Fátima Cleide, acrescentou duas emendas ao texto para atender a solicitações de prefeitos, que deverão receber mais recursos para construção e manutenção de creches. Em acordo com governadores, a relatora também acolheu emenda que eleva

de 15% para 20% o percentual que os estados podem abater no pagamento da dívida com a União para aplicar no Fundeb. Mesmo com as modificações, o projeto aprovado pelo Senado estabelece que a aplicação dos recursos do fundo não isenta os estados, o DF e os municípios da obrigatoriedade de investirem na educação.

PÁGINA 5

Três ministros debatem o Estatuto do Produtor Rural

Audiência pública deve reunir os ministros Guido Mantega, Marina Silva e Guilherme Cassel, e representantes da CNA, Contag e Fetraf.

PÁGINA 3

— cidadania

Prevenção é receita de boa saúde

Veja nesta edição como proteger sua saúde fazendo a prevenção ou identificação e tratamento precoce de doenças. Os cuidados podem variar de acordo com a faixa etária.

PÁGINA 20

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17



Estudantes de Córrego do Ouro, em Santo Antônio do Leverger (MT), integram público beneficiário do fundo da educação básica

Cidades: ministro quer liberar verbas

O ministro das Cidades, Márcio Fortes, debateu com senadores na CDR a liberação de recursos para implementação de planos diretores dos municípios.

PÁGINA 16

Operação Navalha pode gerar CPI

Operação da Polícia Federal contra acusados de fraudarem licitações públicas teve forte repercussão: idéia de CPI mista já tem apoio suficiente no Senado.

PÁGINAS 14

Incêndio a ônibus terá punição severa

Proposta aprovada na Comissão de Justiça prevê até 15 anos de prisão para crimes contra o patrimônio público e que coloquem em risco a população.

PÁGINA 9



agendaagendaagenda

CAE debate formas de dedução no Imposto de Renda

Novas modalidades de dedução no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) deverão ser debatidas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião marcada para terça-feira.

Após ajustes no projeto, o relator, Edison Lobão (DEM-MA), deu parecer favorável à proposta (PLS 27/05) de inclusão da doação de livros a bibliotecas públicas entre as hipóteses de dedução do IR. A exemplo das demais, essa dedução deverá se limitar a 6% do imposto devido.

Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) acolheu na íntegra o projeto do qual é relatora, o PLS 7/07, elaborado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que autoriza a dedução das despesas

com filhos ou enteados, quando ainda no ventre da mãe (nascituros), da base de cálculo do IR.

O PLS 2/03, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), defende a dedução do IR devido de doações para programas oficiais de combate à fome ou à pobreza. A matéria também recebeu parecer favorável do relator, Delcídio Amaral (PT-MS).

Por fim, o PLS 99/03, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), proíbe instituições públicas de concederem financiamento ou outro benefício financeiro a empresas que empreguem menores de 18 anos em trabalho insalubre, ou menores de 16 anos em qualquer circunstância. A relatora, Patrícia Saboya (PSB-CE), deu parecer favorável, com emendas.

CAS vota projeto sobre divulgação de conta inativa

Nesta quarta-feira, a partir das 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve se reunir para votar, em turno suplementar, substitutivo ao projeto de lei do Senado (PLS 126/06) que autoriza a realização de campanha publicitária para esclarecer a população sobre a existência de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) já havia sido aprovado na reunião do último dia 23 de maio. O projeto de lei é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

Senado retoma análise da MP que cria o FI-FGTS

Depois de discutirem por várias horas o Projeto de Lei de Conversão 10/07 na quarta-feira e na quinta-feira passadas, os senadores devem terminar a apreciação e votação da matéria nesta terça-feira. O projeto é proveniente da Medida Provisória (MP) 349/07, que instituiu um fundo de investimento com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS). A MP, que tem dividido os parlamentares, é a última vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que está na pauta do Senado.

Presidência



Renan (D), ao lado de Jarbas Passarinho: mudanças no Regimento Interno devem racionalizar tramitação de leis

Brasil vive num “cipoal de normas legais”, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu, na última quinta-feira, seminário sobre Direito e Economia no Legislativo, dizendo que o Brasil vive “num verdadeiro cipoal de normas legais”, quando o que o cidadão deseja são leis eficientes que atendam de fato às demandas sociais e que promovam o bem-estar geral da população, a solução dos conflitos e o desenvolvimento econômico. Ele enumerou vários defeitos do acúmulo de leis.

– A excessiva normatização gera incertezas para os agentes econômicos e tomadores de decisão, além de, muitas vezes, remeter para a arena do Judiciário questões que deveriam ser resolvidas de acordo com as leis do mercado e conforme os contratos pactuados – assinalou.

Para o senador, um dos mecanismos mais eficientes para resolver esse excesso de normas é a aplicação de ferramentas e de métodos que vão da Economia ao Direito, incluído aí o processo legislativo. Ele anunciou que o Senado está promovendo mudanças no Regimento Interno para dar mais racionalidade à tramitação das leis.

– Vamos implantar em breve,

ouvindo setores da sociedade organizada, um programa de qualidade no nosso processo legislativo. Vários projetos de lei que hoje tramitam no Senado são resultado de demandas concretas das instituições. A legitimidade que daí decorre tende, acredito, a reduzir custos de transação para a sociedade.

Renan pediu que os participantes do seminário debatam o impacto futuro das legislações, a fim de que a lei hoje criada tenha equilíbrio suficiente para não sacrificar as gerações vindouras.

Referindo-se à redução das desigualdades sociais e regionais, que é um objetivo consagrado na Constituição, ele disse que não há como haver êxito nessa meta sem técnicas eficientes de geração e distribuição dos recursos.

O evento Direito e Economia no Legislativo foi realizado na semana passada, em parceria entre a Associação Latino-Americana e do Caribe de Direito e Economia (Alacde), o Centro Latino-Americano e do Caribe de Direito e Economia (Clacde), a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência do Senado Federal e o Interlegis.

Judiciário independente celebra 200 anos

Durante a solenidade de comemoração dos 200 anos de Judiciário independente no país e da abertura da exposição As Constituições Brasileiras, na última quarta-feira, Renan Calheiros lembrou que, quando integrante da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, foi autor da proposta, vencedora, do direito de voto aos maiores de 16 anos.

A exposição apresenta sete Cartas brasileiras que podem ser vistas até 23 de agosto nos prédios dos três Poderes da República. Também estiveram na solenidade, entre outras autoridades, o presidente Lula; o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia; e a presidente do STF, ministra Ellen Gracie.

Vereadores de SC pedem a reforma político-partidária

Fidelidade partidária, financiamento público de campanha, cláusula de barreira, fim da reeleição, mandato de cinco anos para o Executivo e eleição unificada para todos os cargos com prorrogação dos atuais mandatos são alguns pontos do manifesto entregue na semana passada pela União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina ao presidente Renan Calheiros. Na ocasião, os vereadores pediram a Renan que o debate em torno da reforma político-partidária também seja estendido aos municípios. “A minha interlocação com o Palácio do Planalto é inteiramente institucional”, explicou o presidente do Senado.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

14h30 – CPI DO APAGÃO AÉREO

Controladores – Serão ouvidos os controladores de voo que trabalhavam nos Cindactas de Manaus, Brasília e São José dos Campos no dia do acidente com o avião da Gol.

17h – MARCOS REGULATÓRIOS

Petróleo – A subcomissão debate a política nacional para a prospecção de petróleo e de gás natural com o presidente da Shell do Brasil, Vasco Dias, e o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme de Oliveira Estrella.

TERÇA-FEIRA

9h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Arrecadação – Senadores ou-

vem o secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid.

10h – CPI DO APAGÃO AÉREO

Audiência – Falam à CPI o presidente da comissão de investigação do acidente do voo 1907 da Gol, coronel-aviador Rufino Antônio da Silva Ferreira; os presidentes da TAM, Marco Antonio Bologna; e da Gol, Constantino de Oliveira Júnior.

10h – EDUCAÇÃO

Pirataria – Com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, comissão debate a pirataria na indústria de cinema, vídeo e música. Entre os convidados estão a procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Lílian Pinho, e o diretor regional antipirataria da Motion Pictures Association, Márcio Gonçalves.

QUARTA-FEIRA

10h – CPI DO APAGÃO AÉREO

Inquérito – Senadores ouvem o delegado da Polícia Federal, Renato Sayão Dias, responsável pelo inquérito que investiga o acidente entre o avião da Gol e o jato Legacy, além do procurador-geral do Ministério Público (MP) junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado.

11h – AGRICULTURA

Produtor rural – Audiência sobre projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural. Entre os convidados estão os ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; da Fazenda, Guido Mantega; e do Meio Ambiente, Marina Silva.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Incor-DF – O ministro da Saúde, José Gomes Temporão,

e um representante do Instituto do Coração do DF estão entre os convidados do debate sobre a situação do hospital.

14h – DIREITOS HUMANOS

Violência – O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e o coordenador-geral do Comitê Gestor da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Carlos Antonio Tilkian, estão entre os convidados do debate sobre a redução da maioria penal.

QUINTA-FEIRA

11h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cidades – Projeto inclui no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa FGTS - Os senadores retomam a votação do PLV que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS). Mais três medidas provisórias e um PLV também estão na pauta.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa Definição da pauta depende das decisões de terça-feira.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

AGRICULTURA

Senadores, governo e setor produtivo discutem proposta na quarta-feira, em audiência pública

Estatuto fixa normas para modernizar agropecuária

Abrangente e orientado para modernizar e sistematizar as atividades relacionadas à produção agropecuária no país, o projeto de Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), será submetido nesta quarta-feira ao crivo dos senadores, das autoridades governamentais e das principais organizações civis do setor, em uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Entre os diversos temas abordados pelo estatuto, estão a função social da terra, o crédito rural, a assistência técnica e a extensão rural, o seguro agrícola, o acesso ao mercado e à terra, a infra-estrutura rural, a assistência social e a saúde do produtor, a preservação e conservação do meio ambiente, a defesa da agropecuária, a informação agrícola e as relações do trabalho rural.

Foram convidados para participar do debate os ministros Guido Mantega (Fazenda), Marina Silva (Meio Ambiente) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), além dos presidentes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antônio Ernesto de Salvo, e da Confederação Nacional dos Trabalha-

dores da Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; e da coordenadora-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Elisângela dos Santos Araújo.

Relatado pelo senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) e dividido em 13 capítulos e 35 artigos, o estatuto tramita na CRA em decisão terminativa. Favorável à aprovação, Jonas vê vários méritos na proposta, a começar pela definição ampla e “tecnicamente correta” do termo produtor rural: a pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aqüicultura, e ainda de atividades não-agrícolas que contribuam para o desenvolvimento da agricultura e para o progresso do meio rural, respeitada a função social da terra.

Também merece destaque, diz Jonas, a expectativa de que o estatuto leve à redução dos custos do agronegócio, ao adotar medidas como o prazo máximo de 30 dias para análise dos pedidos de crédito rural, além da proibição, pelos bancos, de forçar o produtor a comprar serviços bancários estranhos à atividade agropecuária em troca do empréstimo.



Valadares, autor do projeto: um catalisador de todas as leis



Jonas, o relator: estatuto pode reduzir custos do agronegócio



Agricultor exhibe o produto de seu trabalho: proposta destaca função social da terra e traz definições modernas para a atividade

Valadares quer romper “falsa barreira”

O senador Antônio Carlos Valadares, autor do projeto de Estatuto do Produtor Rural, acha que é hora de “destruir a falsa impressão, que se difundiu pelo Brasil, de que o agronegócio se opõe à agricultura familiar”.

– Na verdade, a agricultura familiar, assim como a grande agricultura empresarial, está inserida no agronegócio. Faz parte dele, e não é o seu oposto, como se prega por aí – analisa.

Essa foi uma das razões que levou Valadares a incluir, no texto do projeto, o conceito elaborado por dois professores

da Universidade de Harvard, há 50 anos, segundo o qual o agronegócio engloba todas as atividades de “antes da porteira” (produção de insumos, máquinas e equipamentos), de “dentro da porteira” (produção agropecuária propriamente dita) e de “depois da porteira” (a agroindústria e os setores de distribuição, além dos serviços de apoio).

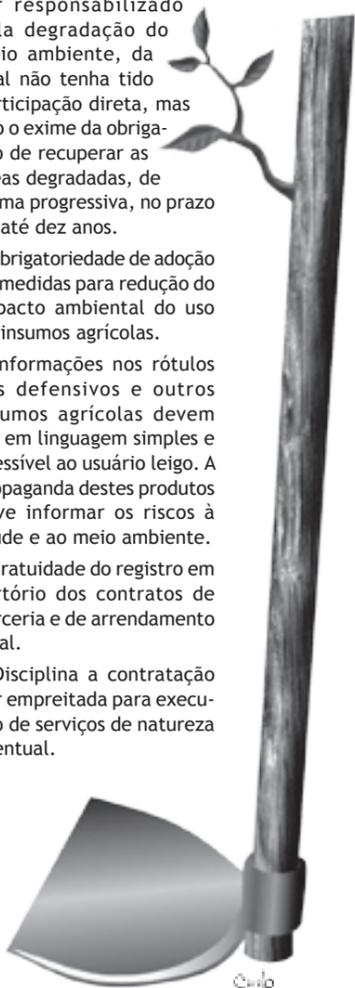
Dirigido a todos os produtores rurais – pequenos, médios ou grandes, patronais ou familiares –, o estatuto dá tratamento diferenciado aos pequenos produtores e aos agricultores familiares, que,

conforme Valadares, necessitam de proteção para que possam se integrar de forma eficiente ao sistema de mercado.

Elaborado após consulta a agricultores e profissionais de Ciências Agrárias, o texto pretende sistematizar a extensa legislação brasileira sobre o setor, para consolidar os direitos dos produtores e garantir o exercício da atividade agropecuária. Entre os direitos, o estatuto cita o acesso a assistência técnica e extensão rural públicas, além de crédito e seguro a custo compatível com a rentabilidade das atividades exercidas.

O que prevê o Estatuto do Produtor Rural

- Pedido de crédito rural apreciado em no máximo 30 dias pelos bancos.
- Seguro rural com custo compatível com a rentabilidade da atividade agropecuária.
- Preço mínimo suficiente para cobrir os custos de produção.
- Define como infração à ordem econômica o exercício abusivo de poder de mercado por parte de fornecedores e de compradores contra o produtor rural.
- Equipara o produtor rural ao consumidor, para fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor.
- Acesso a terra, crédito e assistência técnica para que assentados pela reforma agrária possam se integrar aos mercados de forma competitiva.
- Incentivo aos projetos de irrigação, drenagem e eletrificação rural, com ênfase na preservação do meio ambiente, para permitir o aumento da produtividade e redução dos custos de produção.
- Implantação, em cada comunidade rural, de pelo menos uma unidade de saúde, com agente de saúde, enfermeiro e médico.
- O produtor rural não pode ser responsabilizado pela degradação do meio ambiente, da qual não tenha tido participação direta, mas não o exime da obrigação de recuperar as áreas degradadas, de forma progressiva, no prazo de até dez anos.
- Obrigatoriedade de adoção de medidas para redução do impacto ambiental do uso de insumos agrícolas.
- Informações nos rótulos dos defensivos e outros insumos agrícolas devem ser em linguagem simples e acessível ao usuário leigo. A propaganda destes produtos deve informar os riscos à saúde e ao meio ambiente.
- Gratuidade do registro em cartório dos contratos de parceria e de arrendamento rural.
- Disciplina a contratação por empreitada para execução de serviços de natureza eventual.



Fonte: projeto do senador Antônio Carlos Valadares.

Contag traz reivindicações do campo

Trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) entregaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, uma pauta de reivindicações de interesse do segmento. Cerca de 2 mil manifestantes de todos os estados reuniram-se em frente ao Congresso Nacional na manhã de quarta-feira, em manifestações do Grito da Terra Brasil 2007.

A pauta de reivindicações da Contag, que foi recebida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril, inclui a manutenção do veto à Emenda 3, que cria a Super-Receita; a rejeição do PLP 1/07, que limita gastos com o funcionalismo público; a votação do projeto que expropria as terras onde for identificado trabalho escravo e a elaboração de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e moradia.

De acordo com o presidente da confederação, Manoel dos Santos, a pauta de reivindicações também já foi recebida pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e pelas lideranças partidárias do Congresso Nacional.

Os manifestantes queriam

ainda a liberação de R\$ 12 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na safra 2007/2008. No ano anterior, o volume de recursos foi de R\$ 10 bilhões. Essa reivindicação foi atendida pelo governo na tarde da mesma quarta-feira, quando o presidente Lula anunciou, no Planalto, a destinação de R\$ 12 bilhões para o Pronaf.

Outra solicitação dos trabalhadores é a de que o governo federal defina metas para a reforma agrária e aprove, com rapidez, a atualização dos índices de produtividade.

A Contag avalia que a Emenda

3, ao retirar poder dos fiscais do trabalho, dificultará a obtenção das aposentadorias no campo e relaxará o combate ao trabalho escravo.

– Somos totalmente contrários à Emenda 3, porque ela acaba com os direitos dos trabalhadores e com a função do Ministério do Trabalho, só interessando ao empresariado burro – afirmou Manoel Santos.

O Grito da Terra Brasil é a principal mobilização organizada anualmente pela Contag com o apoio das federações estaduais dos trabalhadores na agricultura e sindicatos de trabalhadores rurais.



Dois mil manifestantes participaram do Grito da Terra Brasil 2007 e levaram reivindicações ao Congresso e ao governo

PLENÁRIO

Aprovados R\$ 5,2 bi para obras do PAC

A Caixa Econômica Federal deverá contar com mais recursos para ampliar sua capacidade operacional. É o que determina projeto aprovado pelo Senado na terça-feira, que capitaliza a instituição por meio da dotação de recursos financeiros adicionais do Tesouro, da ordem de R\$ 5,2 bilhões. O Plenário rejeitou todas as emendas à proposta, destacadas para votação em separado, e o texto agora vai à sanção.

O PLV 9/07 é proveniente da Medida Provisória 347/07, que faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A proposta estabelece que os recursos adicionais serão comprometidos com saneamento básico e habitação popular urbana e rural, além

de outras operações previstas no estatuto social da Caixa.

A matéria recebeu voto favorável do relator-revisor, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que sustentou a constitucionalidade da proposição, salientando em Plenário que os recursos a serem alocados para suprir a determinação do projeto têm como fonte o Tesouro Nacional.

Dornelles disse isso comparando a matéria aprovada a outra proposta, cuja votação foi adiada – o PLV 10/07. Essa proposição também amplia o limite operacional da Caixa para proporcionar a captação de recursos adicionais para a instituição.

– Neste caso, porém, os recursos seriam retirados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

[FGTS], iniciativa que demanda discussão mais aprofundada e à qual sou contra – afirmou o senador.

O projeto recebeu emendas dos senadores, muitas delas com o propósito de permitir a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal. Destacadas para votação em separado, as emendas foram examinadas na sessão de quarta-feira. Durante a votação, Francisco Dornelles encaminhou pareceres contrários às mudanças, e todas acabaram sendo rejeitadas pelo Plenário.

A medida provisória, que foi transformada em PLV por ter sofrido alterações na Câmara, é mais uma das propostas aprovadas pelos senadores para viabilizar as ações do PAC.

Fundo do FGTS pode ser votado na terça

Sem a concordância de senadores da oposição, a votação do projeto que instituiu o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) foi adiada por duas vezes na semana passada e volta a exame nesta terça-feira. O PLV 10/07, proveniente da MP 349/07, viabiliza a aplicação de recursos do FGTS em obras de infra-estrutura, tais como empreendimentos nos setores de energia, rodoviário, ferroviário, portuário e de saneamento. A medida integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), alertou para o fato de o patrimônio líquido do FGTS encontrar-se atualmente em situação negativa. Ele criticou a aplicação dos recursos do fundo em finalidades distintas da construção de moradias populares e saneamento básico. Preocupação



Entre Mercadante (E) e Papaléo, Virgílio critica fundo de investimento

com o desvio da destinação de recursos do FGTS também foi manifestada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Em resposta, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), assegurou que recursos do FI-FGTS continuarão a ser geridos pelo próprio Conselho Curador do fundo. Ele também garantiu que não haverá possibilidade de perdas por parte dos traba-

lhadores, nem risco de perda de investimento em habitação.

A matéria foi discutida em Plenário por outros 18 senadores. O texto prevê uma aplicação inicial de R\$ 5 bilhões no fundo de investimento. No médio prazo, novos recursos poderão ser alocados, respeitando-se o limite de 80% do patrimônio líquido do FGTS existente em 31 de dezembro de 2006 – R\$ 16,7 bilhões.

Correção a leis sobre carreira de servidor retorna à Câmara

O Plenário aprovou projeto que altera cinco leis criadas em 2006, as quais reestruturaram várias carreiras do serviço público para corrigir disparidades salariais, estabelecer gratificações de desempenho mais eficientes e modernizar carreiras antigas.

As “imperfeições” nas leis foram constatadas pelos senadores quando da votação das medidas provisórias, no ano passado, que acabariam se transformando em leis. Na ocasião, ficou acertado que o governo enviaria medida com correções, o que foi feito por meio da MP 341/06, aprovada pelo Senado como PLV 06/07.

Sob protesto da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), foi aprovada emenda do relator, senador Expedito Júnior (PR-RO), que incor-

pora ao serviço público federal cerca de 12 mil servidores de Rondônia, os quais pertenceram aos quadros da União quando Rondônia ainda era território.

Senadores da base do governo, entre eles Aloizio Mercadante (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR), argumentaram que a incorporação dos servidores por medida provisória é inconstitucional, só podendo ser feita por proposta de emenda à Constituição. Expedito Júnior argumentou que sua emenda torna isonômico o tratamento dado a servidores dos ex-territórios de Roraima e do Amapá, que foram federalizados.

Alterado pelos senadores, o PLV 06/07 volta à Câmara, para novo exame pelos deputados.

Pensão para portador de hanseníase

Cerca de 3 mil portadores de hanseníase submetidos a isolamento compulsório até dezembro de 1976 vão receber pensão de R\$ 750. É o que prevê medida provisória assinada quinta-feira em solenidade no Palácio do Planalto, que contou com a presença dos senadores petistas Tião Viana (AC), Eduardo Suplicy (SP) e Ideli Salvatti (SC). A pensão, de caráter vitalício, pessoal e intransferível, será paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e não impede o recebimento de outro benefício previdenciário.

ORÇAMENTO

Parlamentares acolhem relatório preliminar da LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na última quarta-feira o relatório preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, apresentado pelo deputado João Leão (PP-BA). O documento receberá propostas de emendas parlamentares até 4 de junho, devendo ir à votação final no início de julho.

João Leão fez poucas mudanças no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, mantendo todos os principais indicadores econômicos, entre eles a previsão de inflação de 5% em 2008, com crescimento econômico também de 5%.

Ele informou que, a seu pedido, o governo enviou o Anexo de Metas e Prioridades da LDO, a parte mais nobre da LDO do ponto de vista legislativo. O

anexo relaciona as ações públicas prioritárias. Nesse caso, estão listados as obras e projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Projeto Piloto de Investimentos (PPI) para 2007.

O relatório preliminar da LDO autoriza os parlamentares a incluírem obras no anexo. Como elas já estão previstas e existe um valor definido (cerca de R\$ 17,4 bilhões), restará para o Congresso alocar R\$ 9 bilhões.

“Foi uma vitória importante. O governo entendeu que o envio do anexo é uma questão constitucional”, disse Leão. O Ministério do Planejamento chegou a alegar que nunca se enviou o anexo em primeiro ano de mandato, mas dessa vez os parlamentares decidiram quebrar esse costume.

Meirelles diz que dólar em queda é tendência mundial

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, defendeu a política de câmbio das críticas feitas pelos parlamentares que participaram de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Diante das cobranças por soluções urgentes para conter a valorização do real, Meirelles procurou demonstrar os ganhos obtidos pelo país com o câmbio flutuante e enfatizou que a desvalorização do dólar não ocorre somente no Brasil, sendo um fenômeno global, associado à crise na balança comercial dos Estados Unidos.

De acordo com ele, o BC não subestima as dificuldades que segmentos exportadores possam estar enfrentando com o impacto da desvalorização, mas observou que o sistema de livre flutuação do câmbio hoje é adotado por quase todos os países. No caso do Brasil, avaliou, o regime cambial é um dos ingredientes do conjunto de políticas que, no seu entendimento, explicam a boa fase da economia.

Meirelles ressaltou que as exportações continuam demonstrando dinamismo e que a balança comercial deve fechar este ano com superávit ao redor de US\$ 47 bilhões, voltando a repetir o bom desempenho dos últimos anos. Ele salien-

tou que mais da metade desse montante resulta das vendas de manufaturados, para mostrar que o câmbio não tem sido obstáculo absoluto para as empresas industriais que operam no exterior.

Outro foco das críticas foram os juros praticados no país. Em resposta, o presidente do BC afirmou que os juros têm caído de forma consistente e salientou que a responsabilidade do banco é fixar taxa adequada para que a inflação fique dentro da meta – 4,5% para este ano. Meirelles foi também cobrado a adotar medidas para a redução das tarifas bancárias no país, depois de alertado de que os valores já estão permitindo a vários bancos pagar integralmente as folhas de pessoal com as receitas arrecadadas. Ele afirmou que o Banco Central não está legalmente habilitado a fixar tabelas, mas cumpre a obrigação de divulgar os valores cobrados pelos bancos, informações disponibilizadas em sua página na internet.

A audiência, em cumprimento a dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi realizada em conjunto com as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), e com comissões da Câmara.



Ao lado de José Maranhão (D), Henrique Meirelles participa de debate com parlamentares da Comissão Mista de Orçamento

PLENÁRIO



Fátima Cleide (D), relatora, disse ter atendido às “súplicas” dos municípios com suas emendas

Plenário modifica as regras do Fundeb

O Senado aprovou o projeto de lei de conversão (PLV 7/07) proveniente da medida provisória (MP 339/06), que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Como sofreu emendas, o projeto retornará à Câmara dos Deputados para outra análise. Só depois irá à sanção do presidente da República.

Pelo projeto, a aplicação dos recursos do Fundeb não isenta os estados, o Distrito Federal e os municípios da obrigatoriedade da aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme prevê a Constituição (artigo 212).

Em seu substitutivo, a relatora do projeto, senadora Fátima Cleide (PT-RO), acrescentou duas novas emendas para atender à solicitação “quase suplicante” dos municípios, em favor das creches em tempo integral, parcial e integradas. Fátima Cleide explicou

que foram modificados os fatores de ponderação, que passarão a valer a partir do segundo ano de funcionamento do Fundeb. Também foram diferenciadas as creches públicas das conveniadas.

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) salientou o trabalho desenvolvido por senadores e líderes partidários juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação e os governadores, com o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, em busca de um consenso em torno de avanços que contemplassem realmente os municípios, especialmente a emenda do senador José Agripino (DEM-RN), que garante parte dos recursos do Fundeb para custear o transporte escolar.

Acordo estabelecido entre a relatora e governadores permitiu também a aprovação de emenda para elevar de 15% para 20% o percentual que os estados podem

abater no pagamento da dívida com a União para aplicar no Fundeb.

Os fundos instituídos no âmbito de cada estado e do Distrito Federal serão compostos por 20% da arrecadação de ICMS, IPVA e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, além de parcela do Imposto sobre a Propriedade

Territorial Rural, do Imposto de Renda, do IPI devido aos fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, entre outros.

Além disso, a

União poderá complementar – no mínimo de 10% do total – os recursos dos fundos sempre que, no âmbito de cada estado e no DF, o valor médio ponderado por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. É proibido usar os recursos oriundos da arrecadação da contribuição social do salário-educação na complementação da União.

Novas emendas obrigam a volta do projeto à Câmara dos Deputados

Retoque final

Veja as emendas do Senado ao projeto de lei de conversão (PLV 7/07) oriundo da Medida Provisória 339/06, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Emenda 1 – Suprimiu o inciso V do parágrafo 2º do artigo 8º, que restringia o acesso aos recursos do Fundeb às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas com convênio celebrado com o poder público até a data da publicação da lei que regulamenta do fundo.

Emenda 2 – Alterou, no parágrafo 4º do artigo 8º, trecho que dizia que a conta de alunos matriculados para balizar a distribuição de recursos do Fundeb para as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas deveria ser feita “conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta lei”. Mantve apenas “conforme o censo escolar mais atualizado”.

Emenda 3 – No artigo 10, alterou a nomenclatura das etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica (por exemplo, pré-escola em tempo parcial ou creche em tempo integral) para efeito da distribuição de recursos do fundo.

Emenda 4 – Definiu, no artigo 11, que a apropriação dos recursos em função das matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos observará, em cada estado e no Distrito Federal, percentual de até 15% dos recursos do fundo, em vez de 10%, como na redação anterior.

Emenda 5 – Retirou, por motivo de redundância, a expressão “referidas no caput” do parágrafo 2º do artigo 12, que trata das deliberações da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, no âmbito do Ministério da Educação. Caberá a essa comissão, por exemplo, especificar anualmente as ponderações para cálculo da distribuição de recursos do Fundeb entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica; e fixar a parcela da complementação que cabe à União.

Emenda 6 – Inseriu no artigo 36 o parágrafo 2º, que fixa, a partir do segundo ano de vigência do Fundeb, coeficientes para o cálculo dos valores do fundo em função do número de alunos matriculados na educação infantil (creche e pré-escola).

Emenda 7 – Alterou o artigo 42 para permitir que sejam excluídos do cálculo da dívida pública a ser paga por estados e municípios os recursos aportados por esses entes da Federação ao Fundeb e ao Fundef.

Parâmetro	Fundef	Fundeb
1. Vigência	10 anos (até 2006)	14 anos (a partir da promulgação da lei)
2. Alcance	Apenas o ensino fundamental	Educação infantil, ensino fundamental e médio
3. Número de alunos atendidos	30,2 milhões de alunos (Censo Escolar de 2005)	48,1 milhões de alunos (a partir do 4º ano de vigência do fundo)
4. Fontes de recursos	15% de contribuição de estados, DF e municípios: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI-Exp); e Desoneração de exportações (Lei Kandir). Some-se a esses recursos a complementação da União	Contribuição de estados, DF e municípios sobre FPE, FPM, ICMS, IPI-Exp e desonerações da Lei Kandir: 16,66% no primeiro ano; 18,33% no segundo ano; e 20% a partir do terceiro ano. Contribuição de estados, DF e municípios sobre Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e 50% do Imposto Territorial Rural devida aos Municípios (ITR): 6,66% no primeiro ano; 13,33% no segundo ano; e 20%, a partir do terceiro ano. Some-se a esses recursos a complementação da União
5. Montante de recursos	R\$ 35,2 bilhões (em 2006, sem complementação da União)	Considerando estimativas (em valores de 2006) e a escala de implantação gradual do fundo, os montantes previstos de recursos (contribuição de estados, DF e municípios, sem complementação da União) seriam: R\$ 41,1 bilhões no primeiro ano; R\$ 45,9 bilhões no segundo ano; e R\$ 50,7 bilhões no terceiro ano
6. Complementação da União ao fundo (valores de 2006)	R\$ 313,7 milhões. Não há definição, na Constituição, de parâmetro que assegure o montante de recursos da União para o fundo	R\$ 2 bilhões no primeiro ano; R\$ 3 bilhões no segundo ano; R\$ 4,5 bilhões no terceiro ano; e 10% do montante resultante da contribuição dos estados e municípios, a partir do quarto ano
7. Total geral de recursos do fundo	R\$ 35,5 bilhões em 2006	Previsões (em valores de 2006): R\$ 43,1 bilhões no primeiro ano; R\$ 48,9 bilhões no segundo ano; e R\$ 55,2 bilhões no terceiro ano
8. Distribuição dos recursos	Com base no número de alunos do ensino fundamental regular e especial	Com base no número de alunos da educação básica
9. Utilização dos recursos	Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental. O restante em outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público	Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica. O restante em outras despesas da educação básica pública

Fonte: Ministério da Educação

MEIO AMBIENTE



Ao lado de Eduardo Gomes (D), Renato Casagrande lê texto com propostas para instâncias de poder federal, estadual e municipal

Aquecimento: relator cobra ação conjunta

Com recomendações direcionadas ao governo, como a de criar uma rede brasileira de pesquisas sobre o clima, e indicações ao Legislativo de propostas que devem ter votação prioritária, foi apresentado na quarta-feira o primeiro relatório parcial da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. O texto do relator, Renato Casagrande (PSB-ES), também traz sugestões a governadores e prefeitos e traça diagnóstico sobre os impactos do aquecimento global.

Entre as recomendações ao Executivo consta ainda proposta de estudos para elaboração de um inventário nacional de emissão de gases. Casagrande também aconselha ao governo que estimule a utilização de fontes de energia limpa na matriz energética brasileira e adote políticas visando eliminar o desmatamento florestal. Para estados e municípios, o relator aponta a necessidade de manutenção e criação de fóruns para estudar as mudanças climáticas

em âmbito local.

O documento reúne as propostas para as quais a comissão pede prioridade de votação pelo Congresso. Entre elas estão projetos que tratam da Política Nacional de Mudanças Climáticas e de um sistema de vigilância das emissões de gases.

Também foi incluída a proposta que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental (PEC 19/00) e a que prevê parcela do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para estados que abrigam unidades de conservação e terras indígenas demarcadas (PLP 351/02).

A primeira, de Jefferson Péres (PDT-AM), destina-se a promover o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental de forma compatível com a proteção ambiental. Os estados com mais áreas florestais preservadas receberão mais recursos do fundo. A segunda proposta é da senadora licenciada Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, e tramita na Câmara dos Deputados.

Problemas específicos de mais quatro estados serão analisados

Os trabalhos da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas incluirão audiências sobre problemas específicos verificados nos estados de Mato Grosso do Sul, Ceará, Tocantins e Santa Catarina. Dessa forma, assim como em Belém a comissão discutiu o desmatamento, em Cuiabá será debatido o avanço da plantação de soja sobre o cerrado e questões ligadas ao Pantanal e à flo-

resta tropical. O anúncio foi feito pelo deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO).

Já está agendado para 18 de junho debate em Manaus, provavelmente na Assembleia Legislativa do Amazonas.

Depois disso a comissão fará audiências públicas em Campo Grande (6 de julho), Cuiabá (17 de agosto) e São Paulo (14 de setembro), além de outras cinco em Brasília.

Novas regras para fundo ambiental

Os critérios para concessão de prioridade a projetos ambientais que concorram aos benefícios do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) podem ser ampliados, segundo proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A legislação que instituiu o FNMA (Lei 7.797/89) atribui hoje tratamento prioritário apenas às proposições que se destinam à macrorregião da Amazônia Legal.

De acordo com o projeto (PLS 320/05) de Papaléo Paes (PSDB-PA), essa situação pode ser estendida a todas as iniciativas que atendam municípios das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste com mais de 25% de seu território dentro de parques nacionais.

A proposta recebeu emenda do relator, Edison Lobão (DEM-MA), que acrescenta outra exigência: os municípios devem apresentar Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao que foi apurado para o Brasil no último exercício para o qual o indicador estiver disponível.

O texto será examinado ainda em duas outras comissões, a de Meio Ambiente (CMA) e a de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Na última, receberá decisão terminativa.

O fundo foi criado com a finalidade de apoiar projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais. Podem pleitear os benefícios projetos destinados à manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental que também se destinem a elevar a qualidade de vida da população.

Se o critério do IDH for adotado, de acordo com o relator, projetos que se destinem a 95 municípios ficam habilitados a receber tratamento prioritário junto ao FNMA. Nessa relação, observou, estão todos os municípios do Norte e Nordeste que abrigam parques nacionais, com exceção de Fernando de Noronha – único com IDH acima da média do país.

Para Lobão, o critério do IDH incorpora ao texto o objetivo primordial de toda política de desenvolvimento: a melhoria

das condições de vida da população local.

O Brasil, segundo justificou Papaléo em seu projeto, possui 55 parques nacionais, distribuídos por todo o país, seis deles localizados na região Centro-Oeste.

As regiões Norte e Nordeste possuem, cada uma, 14 parques nacionais. O Sudeste e o Sul possuem 20 parques, sendo que oito deles estão no Sul e 12 no Sudeste.

Apenas um parque nacional – o de Ilha Grande – abrange uma área de duas regiões: Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e Sul (Paraná).

Na análise de Papaléo, “as condições econômicas das regiões brasileiras são muito diferentes, o que faz com que os impactos econômicos da criação de parques sobre os municípios vizinhos a eles sejam bastante distintos”.

Nas regiões mais ricas, o impedimento de exploração econômica decorrente da criação de parques nacionais pode ser compensado pela exploração turística. Essa compensação é limitada nas regiões mais pobres, que acumulam infraestrutura deficitária para o turismo e renda per capita local mais baixa.

Municípios do Nordeste, Centro-Oeste e Norte devem ter prioridade

ROOSEVELT PINHEIRO



Papaléo Paes quer ampliar possibilidade de acesso a recursos para projetos ambientais

CÉLIO AZEVEDO



Edison Lobão acrescentou exigência de IDH municipal ser inferior ao medido para o Brasil

Crivella propõe debate sobre Metas do Milênio, da ONU

As Metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Convenção do Milênio, serão objeto de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), conforme proposta feita pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e aprovada pela comissão na semana passada. O senador sugeriu que sejam convidados para o debate a chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Mariângela Rebuá; o ex-presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Carlos Lessa; e o ex-secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeitura de São Paulo Márcio Porchmann. As Metas do Milênio foram fixadas em 2000 na convenção assinada por representantes de 191 países, ressaltou Crivella, que detalhou em seu requerimento as metas da ONU a serem discutidas: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) atingir o ensino básico universal; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde na maternidade; 6) combater o vírus HIV/Aids, além da malária e de outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Licença ambiental será objeto de duas audiências públicas

Os procedimentos para licenciamento ambiental prévio aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os impasses relativos a obras de hidrelétricas no rio Madeira deverão ser discutidos em duas audiências públicas. Conforme decisão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), serão convidados a discutir o PAC a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente do Ibama, Bazileu Alves Margarido. Para o autor da iniciativa, César Borges (DEM-BA), os procedimentos adotados atrasam o cronograma das obras e podem causar o desabastecimento de energia elétrica no país. O outro debate, solicitado por Expedito Júnior (PR-RO), tratará apenas das obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. A proposta é convidar o governador de Rondônia, Ivo Cassol; o prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho; o procurador-geral de Justiça de Rondônia, Abdiel Ramos Figueira; o presidente do Ibama, Bazileu Alves Margarido; o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, Euzébio André Guareshi; e a representante da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Ivaneide Bandeira Cardozo.

COMISSÕES

Proposta busca reduzir acidentes de trabalho

Ações, campanhas, equipamentos ou instalações voltadas à prevenção de acidentes de trabalho poderão obter recursos junto à Previdência Social, de acordo com projeto aprovado pela CAS. Os recursos são os mesmos que antes eram reservados ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, gerido pela Caixa Econômica Federal. Como o fundo foi desativado, o projeto (PLS 74/04) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) propõe restaurar esse fluxo de recursos. A proposta terá outro turno de votação na CAS, em decisão terminativa.

Crivella diz que "sempre que a Previdência Social promove uma campanha de prevenção ou combate aos acidentes do trabalho, principalmente pela mídia eletrônica, há uma grande redução de ocorrências, fazendo com que empregados e empregadores, rememorando

as advertências cautelares ou os ensinamentos das Cipas [comissões internas de Prevenção de Acidentes], passem a exigir o uso de equipamentos e adotem os cuidados indispensáveis à própria segurança".

O relator, Paulo Paim (PT-RS), informa que, em 2000, foram registrados no país 343.996 acidentes de trabalho. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), naquele ano o Brasil foi o 6º lugar na lista de países com maior número de mortes por acidente de trabalho: 3.049.

Paim cita ainda que o Ministério da Previdência teria apontado que a falta de atenção à segurança no trabalho representou, em 2000, um custo de R\$ 23,6 bilhões. Desse total, R\$ 5,9 bilhões corresponderiam a gastos com benefícios acidentários, aposentadorias especiais e reabilitação profissional.

Comissão diminui prazo para movimentar FGTS

Paulo Paim (PT-RS) propôs que a conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) possa ser movimentada após um ano da data da rescisão do contrato de trabalho. Os demais senadores da CAS concordaram e o projeto (PLS 126/07) vai agora tramitar na Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, a norma valerá para rescisão ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar um novo contrato de trabalho em qualquer tempo. Atualmente, esse prazo é de três anos depois da rescisão.

Após um ano da aquisição

do direito de movimentação da conta, computado da rescisão do contrato de trabalho, se o titular não tiver solicitado movimentação da conta vinculada, o agente operador do FGTS fica autorizado a transferir o saldo disponível para outra conta vinculada do mesmo trabalhador, referente ao vínculo empregatício vigente se houver.

Feita a transferência, o projeto determina que não será feito o desmembramento do saldo da conta vinculada em nenhuma hipótese, e a movimentação será regida pela regra que for aplicável à conta que recebeu a transferência.



Sérgio Zambiasi propõe que empresas abatam da contribuição patronal os gastos com ensino superior de seus empregados

Benefício para empresa que investe em educação

As empresas que aplicarem recursos no custeio da educação, em nível superior, de seus empregados, poderão ser autorizadas a abater o valor da contribuição patronal devida à Previdência Social. A medida consta de projeto (PLS 313/06) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) aprovado pela CAS.

A proposta inclui o ensino superior no benefício previsto na lei sobre a organização da Seguridade Social (Lei 8.212/91) – que atualmente abrange planos

educacionais para a educação básica e cursos de capacitação e qualificação profissional.

Para ser beneficiada, a empresa não pode utilizar o plano educacional em substituição a parcela salarial e deve oferecê-lo a todos os empregados e dirigentes.

Segundo Zambiasi, essas exigências visam evitar que a empresa utilize o custeio da educação como forma de pagar menores salários e, assim, recolher menos contribuições.

FOTOS: J. FREITAS



Senadores concordam em incentivar os trabalhadores a fazerem exames de próstata, mama e útero

Um dia de folga para prevenção ao câncer

Todo trabalhador poderá ter o direito legal de faltar um dia por ano ao serviço para realizar o exame de detecção de câncer de mama, útero ou próstata, devidamente atestado pelo médico.

A decisão, tomada na última quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e tem o objetivo de estimular a realização desses exames de detecção precoce. Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto irá direto

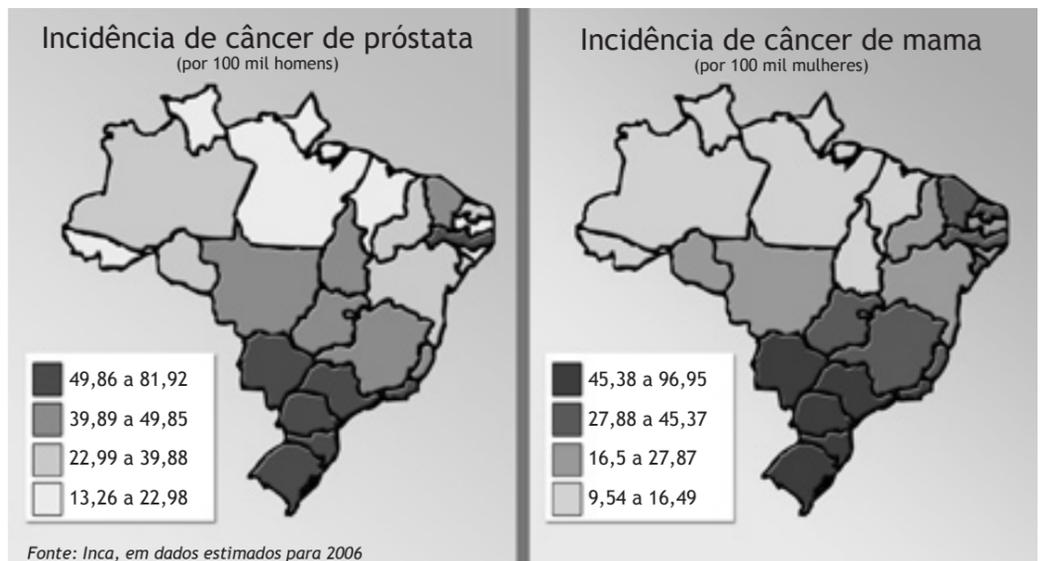
à análise dos deputados.

Estima-se que 400 mil brasileiros, entre 45 e 75 anos, apresentem a doença atualmente. Muitos ainda não sabem disso, afirma o autor do projeto (PLS 233/06), senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Raupp argumenta que o diagnóstico de câncer em estágio inicial aumenta substancialmente a possibilidade de cura. Já os casos de diagnóstico positivo da doença em estágio avançado resultam em enorme custo para a saúde pública. O câncer de próstata,

por exemplo, é um dos grandes problemas de saúde pública no Brasil, na opinião do presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, Walter Koff, e já é duas vezes mais freqüente que o câncer de mama.

Apenas em 2005, diz ainda o senador, "foram diagnosticados cerca de 46.330 casos de câncer de próstata. No caso das mulheres a situação não é diferente, necessitando também de redobrada atenção, muito embora a campanha de prevenção já tenha se iniciado há mais tempo".



AVALIAÇÃO - O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente será avaliado em audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 12 de junho. A iniciativa, de Patrícia Saboya (PSB-CE), prevê que a avaliação seja feita por representantes dos ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social; da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho; do Ministério Público do Trabalho; da Confederação Nacional da Indústria e de centrais sindicais.

INCOR - As razões da crise enfrentada pelo Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF) serão discutidas nesta quinta-feira na CAS. Patrícia Saboya (PSB-CE), que pediu o debate, sugeriu a presença de representantes do Incor-DF; do ministro da Saúde, José Gomes Temporão; do reitor da Universidade Católica de Brasília, padre José Romualdo Degasperi; do promotor de Justiça do DF Diaulas Costa Ribeiro, e do secretário de Saúde do DF, José Geraldo Maciel. Heráclito Fortes (DEM-PI) propôs a participação de representantes do Ministério da Defesa, diretamente ligado a convênio assinado com o Incor-DF.

MEDICAMENTOS - As comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) vão debater, a pedido de Flávio Arns (PT-PR), em conjunto projetos em tramitação no Senado que tratam de políticas públicas de atenção à saúde, em especial com relação à oferta de medicamentos de alto custo pelo Sistema Único de Saúde. Um dos principais projetos a serem debatidos é o PLS 219/07, de Tião Viana (PT-AC), que dispõe sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a distribuição de medicamentos pelo SUS.

EDUCAÇÃO

Baixa capacitação atrapalha o país

O país não terá mão-de-obra qualificada e suficiente para atender à demanda de trabalho que haverá a partir de um crescimento econômico de 5% ao ano – meta do governo –, pois faltam políticas de educação adequadas para suprir carências que vão desde o ensino básico até o universitário. Essa afirmação foi feita na última quinta-feira, em debate na Comissão de Educação (CE), pelo presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Abib Salim

Cury.

Cury participou da segunda audiência pública da CE com o objetivo de debater o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e propostas para o setor. O presidente da Anup defendeu a padronização do ensino fundamental em todo o país e a criação de um curso de mestrado profissional em gestão de Pedagogia.

Já o presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Arquimedes

Diógenes Ciloni, sugeriu um plano de carreira dos professores. Sobre a adoção do tempo integral nas escolas públicas, disse que “é um sonho que está muito longe de nossa realidade”. Ciloni ainda se manifestou contra a proposta de dividir o Ministério da Educação em dois, de modo a criar uma pasta para a educação básica.

Cláudio Moura e Castro, especialista em educação, também se posicionou contra a divisão do MEC, com o argumento de que um Ministério da Educa-

ção Básica ficaria enfraquecido politicamente. Ele afirmou que o governo acertou no Programa Universidade para Todos (ProUni), mas que o Fundo da Educação Básica (Fundeb) ainda é uma promessa, um dinheiro que não se sabe como será distribuído. Informou que “55% das crianças que chegam à quarta série não sabem ler e o MEC levou anos para descobrir esse fato”. Ele ressaltou que o PDE “traz avanços extraordinários e tem foco no ensino fundamental”.

Outro que elogiou o PDE foi Roberto de Paiva Dornas, presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. “Na hora em que a educação básica for bem feita, com uma alfabetização para valer, teremos um aluno preparado para a vida profissional”, afirmou Dornas, que também defendeu uma pequena reforma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o aumento da carga horária na escola pública para que a criança seja afastada das ruas e da marginalidade.



FOTOS: JANE ARAÚJO

Cilone (E), Moura e Castro, Zambiasi (presidindo a reunião), Dornas, Cury e Thiago Oliveira. À direita, os senadores Wilson Matos (E), Marisa Serrano e Flávio Arns

Jovens não gostam mais de ler, diz presidente da Ubes

Os jovens de hoje não gostam de ler nem de freqüentar as escolas, pois acham que nelas só há obrigações a cumprir; e consideram as relações com os professores e diretores muito autoritárias e antidemocráticas. As afirmações foram feitas por Thiago Franco de Oliveira, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), em audiência na Comissão de Educação (CE).

– É preciso vencer esses problemas. Minha geração acha que ler é uma coisa careta – disse.

Thiago observou ainda que os estudantes, hoje, vêem seus familiares, muitas vezes com vários cursos, não encontrarem

emprego, o que os desestimula ainda mais a estudar.

O estudante defendeu melhorias nas políticas públicas e frisou que o acesso à universidade é apenas uma das possibilidades no desempenho da educação.

Ao defender a escola em tempo integral, Thiago ressaltou que a medida deve vir acompanhada de atividades culturais e poliesportivas. Ele entregou à CE um documento com as sugestões da Ubes para a educação.

Os senadores da comissão informaram que as propostas de todos os palestrantes serão consolidadas num documento a ser enviado ao ministro da Educação e ao presidente Lula.

Senadores defendem mais recursos e atenção às creches

As senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defenderam mais recursos e atenção do governo para as creches e pré-escolas, durante audiência pública realizada pela Comissão de Educação.

“Hoje as mães precisam trabalhar e as crianças necessitam de educação infantil muito cedo, e essa educação precisa ser bem feita, com apoio psicológico, nutricional, orientação educacional apropriada e muitas outras medidas. Para haver transformações sociais reais no país é preciso educação”, afirmou Rosalba.

Já Marisa ressaltou que o Brasil não tem estrutura efetiva para atender à população até três anos

de idade, e considerou esse fato um dos gargalos na educação brasileira. Outro gargalo, observou, é a falta de políticas para fazer com que os jovens do ensino médio permaneçam nas escolas. A senadora disse ainda que é necessário dar apoio às escolas técnicas, e defendeu a adaptação dos currículos das universidades para a formação dos professores.

Wilson Matos (PSDB-PR) salientou que “a escola, como está, é um projeto de exclusão social, principalmente a escola básica”. Ele sugeriu o aumento da carga horária, para que o aluno permaneça mais 35% de tempo na escola, tendo acesso a atividades de música e esportes.

Governo pode criar nova escola técnica no Rio Grande do Sul

O Poder Executivo obteve autorização para criar a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, de acordo com projeto de Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela CE na terça-feira.

O relator do projeto (PLS 64/07), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), apresentou emenda para que, além do ensino profissionalizante de nível médio, a escola possa oferecer formação de trabalhadores tendo em vista as necessidades da região, que integra 37 municípios.

RELAÇÕES EXTERIORES

General será convidado a falar sobre invasão de usina

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, será convidado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a falar sobre a invasão da Hidrelétrica de Tucuruí, ocorrida na última quarta-feira.

Requerimento nesse sentido – apresentado pelo presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI) – foi aprovado pela comissão.

A hidrelétrica foi invadida por militantes ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens, que quebraram vidraças e ocuparam a sala de controle da usina, com o objetivo de divulgar as condições em que vivem os camponeses afastados de suas terras para a formação do lago de Tucuruí.

– A mobilização de 600 homens, como ocorreu em Tucuruí,

não acontece sem o conhecimento de outras pessoas – disse Heráclito.

A comissão acolheu ainda projeto que aprova o Acordo de Regularização Migratória, entre o Brasil e o Suriname, e quatro outros requerimentos, entre os quais o de César Borges (DEM-BA), que determina a realização de audiência – com a presença do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim – a respeito da disputa entre o Brasil e a União Européia sobre a importação de pneus usados.

Amorim e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, serão convidados a participar da outra audiência, sugerida por Arthur Virgílio (PSDB-AM), que debaterá a venda de duas refinarias na Bolívia.

Comissão investigará Tríplice Fronteira

Uma delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) irá, ainda neste semestre, à região da Tríplice Fronteira para investigar denúncias de lavagem de dinheiro e de possível financiamento de atividades terroristas. A viagem foi anunciada pelo presidente do colegiado, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), a uma comitiva de técnicos e militares do Centro de Altos Estudos do Armamento, ligado ao Ministério da Defesa da França, em visita à CRE.

Heráclito respondeu a pergunta feita por um militar francês a respeito do combate ao narcotráfico. O senador lembrou que as dimensões do Brasil dificultam a fiscalização

de suas fronteiras – especialmente na região vizinha à Argentina e ao Paraguai.

Os militares e técnicos franceses fizeram diversas perguntas com relação a temas como o programa espacial brasileiro, a ameaça do terrorismo, a defesa do mar territorial brasileiro e a participação brasileira em missões de paz.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou a decisão do governo brasileiro de participar da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti.

Sobre a integração da América do Sul, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que o Mercosul tem como parâmetro o modelo europeu.

Azeredo elogia aproximação política com o Chile

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou o processo de aproximação política entre o Brasil e o Chile. Vice-presidente da CRE, ele recentemente chefiou uma missão de parlamentares que visitou o Senado chileno, na cidade de Valparaíso. Segundo o senador, os principais temas debatidos durante a visita foram a situação do Mercosul, a missão de paz no Haiti e o fornecimento de gás natural. Ao comentar a viagem, Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua preocupação com a decisão do governador de São Paulo, José Serra, de não mais garantir os R\$ 5 milhões anuais necessários ao funcionamento, na capital paulista, do Parlamento Latino-americano (Parlatino).

COMISSÕES

HENRIQUE ESTEVES/AGIF/FOLHA IMAGEM



Ônibus incendiados no Rio de Janeiro: atos de organizações criminosas terão punição mais severa

Reação ao terrorismo do crime organizado

Crimes que atinjam o patrimônio público e coloquem em risco ou intimidem a população, como os de explosão, incêndio e atentado contra a segurança de qualquer meio de transporte, poderão ser punidos com penas mais duras. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por 14 votos e uma abstenção, projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que aumenta as penas de prisão para os "crimes contra a incolumidade pública", que, semelhantes aos atos de terrorismo, têm sido praticados, em geral, por facções do crime organizado.

A matéria, com decisão terminativa, foi aprovada com o parecer favorável e duas emendas ao texto apresentadas pela relatora, senadora Lúcia Vânia

(PSDB-GO).

O projeto (PLS 53/07) altera dispositivos do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e estabelece aumentos de pena para crimes de incêndio, explosão, perigo de desastre ferroviário, atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial e aéreo ou outro meio de transporte e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, entre outros.

Segundo Azeredo, as penas em vigor são insuficientes como desestímulo a essas condutas e "não refletem sua enorme gravidade, sobretudo quando praticadas para intimidar a população e desafiar o Estado".

– Os recentes acontecimentos do Rio de Janeiro e os fatos notórios de maio de 2006, ocorridos em São Paulo, deixam muito claro

que incendiar ônibus ou colocar explosivos em trens causa intenso pavor na população e pode abalar a confiança pública na possibilidade de utilização segura dos serviços de transporte coletivo – diz o autor do projeto.

Azeredo observou ainda que o mesmo raciocínio é válido para os demais crimes de que trata o projeto – eles não atingem somente o patrimônio, mas, sobretudo, a vida e a integridade física, afetando, portanto, direitos fundamentais.

Para crimes de incêndio e explosão, o projeto prevê pena de reclusão de quatro a dez anos. Atualmente, essa pena é de três a seis anos.

Veja, na tabela a seguir, como ficam as punições, de acordo com o projeto.

CRIME/DISPOSITIVO	PENA ATUAL	PENA PROPOSTA
Incêndio (art. 250, <i>caput</i> e § 1º)	Reclusão de 3 a 6 anos e multa	Reclusão de 4 a 10 anos e multa
Explosão (art. 251, <i>caput</i> e § 2º)	Reclusão de 3 a 6 anos e multa	Reclusão de 4 a 10 anos e multa
Perigo de desastre ferroviário (art. 260, <i>caput</i>)	Reclusão de 2 a 5 anos e multa	Reclusão de 4 a 10 anos e multa
Desastre ferroviário (art. 260, § 1º)	Reclusão de 4 a 12 anos e multa	Reclusão de 7 a 15 anos e multa
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo (art. 261, <i>caput</i>)	Reclusão de 2 a 5 anos	Reclusão de 4 a 10 anos
Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo (art. 261, § 1º)	Reclusão de 4 a 12 anos	Reclusão de 7 a 15 anos
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte (art. 262, <i>caput</i>)	Detenção de 1 a 2 anos	Reclusão de 4 a 10 anos
Sinistro em outro meio de transporte (art. 262, § 1º)	Reclusão de 2 a 5 anos	Reclusão de 7 a 15 anos
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública (art. 265)	Reclusão de 1 a 5 anos e multa	Reclusão de 4 a 10 anos e multa

Pregão eletrônico: regras podem mudar

A CCJ adiou para esta quarta-feira a votação do parecer favorável ao projeto que altera a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93) para adequar as concorrências e contratações governamentais às novas tecnologias de informações, tornando mais claras as regras para utilização do pregão eletrônico.

Após a CCJ, a proposta (PLC

32/07) do Executivo será votada pelo Plenário. Os senadores pediram vista coletiva do projeto, que recebeu mais de 60 emendas. A proposição é o primeiro item da pauta.

A matéria já foi aprovada pela Câmara e integra as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo o relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o pregão

eletrônico, desde 2002, fez com que licitações passassem a ser concluídas na metade do tempo e com redução de 20% nos custos operacionais.

O texto proíbe pessoas físicas ou jurídicas de participarem de licitações caso tenham praticado atos contrários à ordem pública e tenham sofrido penas de suspensão do direito de licitar e contratar com o poder público.

CCJ avaliza indicações para ministros do STM

A CCJ aprovou, por unanimidade, em votação secreta, as indicações da Presidência da República de dois novos ministros para o Superior Tribunal Militar (STM). O general-de-exército Renaldo Quintas Magioli deverá assumir a vaga decorrente da aposentadoria do general-de-exército Max Hoertel, prevista para o próximo dia 4; e o general-de-exército Francisco José da Silva Fernandes, a vaga decorrente da aposentadoria do general-de-exército Valdesio Guilherme de Figueiredo, marcada para o dia 26 de junho.

O STM é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado, sendo três deles escolhidos dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre

oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, além de cinco civis.

Renaldo Quintas é bacharel em Ciências Militares, com especialização em guerra química, biológica e militar. O candidato ao cargo de ministro do STM tem ainda doutorado em duas áreas: nos cursos de Comando e Estado-Maior do Exército e de Política Estratégica e Alta Administração do Exército.

Francisco José da Silva Fernandes é graduado em Economia e em Ciências Militares, com especialização nos cursos de Oficial de Radar e no curso operacional "Míssil Anticarro Cobra". Tem mestrado no curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e doutorado no curso de Comando e Estado-Maior do Exército.



Os generais Magioli (D) e Fernandes, com o senador Antonio Carlos Magalhães: indicações aprovadas por unanimidade

Recondução de defensor da União é aprovada

A recondução de Eduardo Flores Vieira ao cargo de defensor público-geral da União foi aprovada pela CCJ, em votação secreta, como determina o Regimento do Senado. A mensagem presidencial, que teve como relator o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ainda precisa ser

apreciada pelo Plenário.

Eduardo Flores Vieira é graduado em Direito desde 1997, com pós-graduação em Ciências Penais pela Escola Superior do Ministério Público, em 1999. De 1998 a 2002, exerceu a advocacia pela iniciativa privada, ingressando a partir de 2002 na carreira de defensor público da União. Em 2005, foi escolhido defensor público-geral da União pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O relator da matéria observou que Eduardo Flores Vieira foi o mais votado na lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos da União.

Demostenes Torres (DEM-GO) defendeu a recondução, afirmando que Eduardo Flores Vieira faz parte "desses abnegados que trabalham sempre em defesa daqueles que precisam".



Indicação de Flores Vieira para defensor-geral da União ainda será submetida ao Plenário

CI debate melhor tecnologia para bloqueio de celular

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vai debater no dia 20 de junho o projeto de lei que determina a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicação – principalmente de celulares – em penitenciárias estaduais e federais (PLS 137/06).

O requerimento é do senador Demostenes Torres (DEM-GO), para quem, antes de votar o projeto, a comissão precisa discutir,

"com base em parecer técnico especializado", qual tecnologia deve ser utilizada para bloquear os sinais dos celulares. Serão convidados integrantes da comissão interministerial instituída pelo Ministério da Justiça para tratar do assunto. Demostenes observou também que é necessário tratar da responsabilidade sobre a instalação dos bloqueadores.

COMISSÕES



Delcídio (terceiro à E), entre os convidados da audiência sobre telefonia: em debate, concentração no setor e má qualidade dos serviços

Anatel quer estimular concorrência em telefonia

Na terceira audiência pública para discutir possíveis mudanças na legislação sobre as agências reguladoras, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, sustentou que um dos focos do momento é o incentivo à competição entre as companhias de telefonia fixa e de oferta de internet de banda larga. Os empresários da área reivindicaram mais segurança jurídica para que sejam feitos grandes investimentos.

O debate aconteceu na Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos. O presidente, senador Delcídio Amaral (PT-MS), questionou por que a universalização da telefonia fixa não tem avançado mais rapidamente, pois 16% dos brasileiros continuam sem dispor de uma linha em casa, ou ao menos um telefone público.

O presidente da Anatel admitiu que o Brasil caminhou para uma "grande concentração" nos merca-

dos de telefonia fixa e de banda larga e que a qualidade dos seus serviços deixa a desejar.

Ele ponderou que hoje 90% da infra-estrutura de acesso local está nas mãos de poucas concessionárias e sugeriu que o país avaliasse se essa estrutura (basicamente fixação) não deveria ser independente das concessionárias. Citou a Grã-Bretanha, que acabou optando por essa alternativa, o que permitiu maior concorrência.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (Abta), Alexandre Annenberg, observou que o Brasil deve se concentrar agora não apenas na universalização da telefonia, mas especialmente da comunicação por banda larga. Esse sistema, hoje empregado quase apenas na comunicação por computadores, é que vai sustentar, a médio prazo, a convergência telefonia-televisão-computadores. Ele pediu ainda que seja retirada da lei de TV

a cabo a exigência de que a maior parte do capital deve ser nacional. Nos outros dois sistemas de TV paga (satélite e microondas) não há essa exigência.

Para reduzir preços de serviços e aumentar investimentos, o presidente-executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel), Ércio Alberto Zilli, pediu redução da carga tributária sobre as ligações telefônicas, que no Brasil é de 44%, contra 17% na média mundial. O setor movimenta anualmente cerca de R\$ 120 bilhões no país. Ele pediu regras para aquisição e fusão de companhias de telefonia.

Já o presidente da Associação das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp), Luiz Cuza, criticou o alto preço e a baixa velocidade da banda larga no Brasil. "Nossa banda larga é curta e cara", citando que, na França, a France Telecom cobra R\$ 40 por uma banda larga

com velocidade de 10 Mbps. A título de exemplo, ele informou que a Telefônica cobra no Brasil R\$ 79 por uma banda larga com velocidade de apenas 0,4 Mbps.

O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), José Fernandes Pauletti, lamentou que o governo não aplique a arrecadação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), segurando o dinheiro para pagar juros da dívida.

No geral, os empresários recomendaram que não se faça uma grande mudança na Lei Geral das Telecomunicações, de 1996, mas apenas modificações pontuais. Defenderam que a outorga de licenças de telefonia deve continuar com a Anatel, e não voltar ao Ministério das Comunicações. O presidente da Anatel observou que, se o foco for apenas a convergência TV-computador-telefone, "talvez não haja necessidade de alterar a legislação". No entanto, um amplo programa de banda larga implicará mudanças nas leis.

Em debate, empresários cobram segurança jurídica para investimentos

CAS marca audiência pública para debater crise do Incor-DF

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou sugestão da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) para a realização de audiência pública, nesta quarta-feira, às 12h, para debater a crise no Instituto do Coração do DF, hospital administrado pela Fundação Zerbini, também responsável pelo Instituto do Coração de São Paulo.

Além de representantes do Incor-DF, foram convidados o ministro da Saúde, José Gomes Temporão; o reitor da Universidade Católica de Brasília, padre José Romualdo Degasperi; o promotor de Justiça do DF, Diaulas Costa Ribeiro; o secretário de Saúde do DF, José Geraldo Maciel, bem como representantes do Ministério da Defesa (o Incor-DF funciona integrado ao Hospital das Forças Armadas de Brasília).

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) explicou que o instituto dispõe de um convênio assinado com o Congresso Nacional, o Ministério da Defesa e o governo do DF para repasse de recursos, além da dotação recebida pela Fundação Zerbini.

Regulamentação de ZPEs será analisada em 12 de junho

O projeto que regulamenta as zonas de processamento de exportação (ZPEs), considerado importante para o desenvolvimento regional, não foi incluído na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de terça-feira, como estava acertado. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que preside a CAE, decidiu adiar a votação do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para a reunião de 12 de junho, após o feriado de Corpus Christi.

A audiência com o secretário da Super-Receita, Jorge Rachid, sobre o desempenho de arrecadação do órgão, marcada para 9h desta terça-feira, deverá ser demorada, ocupando boa parte da manhã. Com isso, a CAE terá tempo reduzido para votar as matérias da pauta.

Essa avaliação teria sustentado o entendimento entre Mercadante e Jereissati para adiar a votação das ZPEs, um assunto que provoca polêmica dentro do próprio PSDB, com a ferrenha oposição do governador paulista José Serra. Defensor do projeto, Jereissati engrossa a lista dos parlamentares, como o presidente do Senado, Renan Calheiros, e José Sarney (PMDB-AP), que enxergam as ZPEs com incentivos para atrair investimentos voltados para exportação.

Reunião avaliará rumos da reforma tributária

Depois de ouvir representantes das três instâncias de governo (federal, estadual e municipal), a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária reúne-se nesta terça-feira para avaliar qual o rumo que dará aos seus trabalhos. O presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), irá decidir com o relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), e com os outros integrantes se o caminho será acompanhar os estudos e as negociações do governo em relação à simplificação da estrutura tributária do país, com a instituição de dois impostos sobre valor adicionado (IVA), um federal e outro estadual, ou se irá elaborar uma contraproposta.

A reunião está programada para ser fechada, com acesso restrito aos senadores e aos seus assessores. Jereissati deve

analisar com os técnicos se a subcomissão atenderá o pedido dos secretários estaduais do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e de Finanças dos municípios para discutir a revisão do pacto federativo, com uma reavaliação das atribuições de cada ente da Federação.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, ressaltou na segunda-feira passada que a revisão do pacto federativo tem que preceder necessariamente a reforma tributária. Na sua avaliação, o que interessa à sociedade é saber qual a carga de tributos que pesará sobre ela. E isso só se sabe, continuou, se houver clareza sobre as atribuições de cada esfera de governo.

A proposta de incorporar o



Flexa Ribeiro (E), Cícero Lucena, Suplicy e Dornelles, integrantes da subcomissão encarregada de debater mudanças no sistema tributário

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) ao novo IVA estadual, que deverá substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), não agradou os secretários de Finanças das capitais. Em audiência da subcomissão, o secretário de Finanças de Belo Horizonte, José Afonso Beltrão, explicou que as cidades com até 15 mil habitantes sobrevivem do re-

passe do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). E que a participação do ISS, acrescentou, adquire maior importância para os municípios com mais de 1 milhão de habitantes, que apresentam forte demanda por obras e serviços de infra-estrutura e por políticas sociais, inclusive pelo fluxo de migração. Belo Horizonte, por exemplo, arrecada aproximadamente 25% de ISS.

COMISSÕES Projeto que torna crime discriminar homossexuais é tema de debate acalorado, mas pacífico, na CDH

Unidos, mas só contra o preconceito

Rosas brancas para os senadores na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – levadas por militantes da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) – inspiraram o tom pacífico, mas acalorado, do debate sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 122/06) que torna crime passível de prisão a discriminação contra homossexuais. Convidados e parlamentares se dividiram nas opiniões, mas se uniram em torno da rejeição a qualquer tipo de preconceito sexual.

Embora a procuradora da República Lívia Nascimento considere constitucional o projeto, criticou o rigor das penas propostas, que podem chegar a até cinco anos de reclusão. Crítica idêntica foi feita pelo advogado Paulo Melo da Costa, que, ao contrário de Lívia, acha que a proposta fere a Constituição por conferir mais direitos aos homossexuais que ao restante da população.

Em contrapartida, o representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ivair Augusto dos Santos, defendeu sua aprovação, observando que os homossexuais convivem rotineiramente com a

discriminação e a violência. Em um depoimento pessoal, a cineasta Tizuka Yamasaki, que tem um filho homossexual, ponderou que a proximidade afetiva tem o poder de cortar a barreira da discriminação.

Após enfatizarem sua posição contrária a atos discriminatórios contra homossexuais, representantes de católicos e evangélicos defenderam a rejeição do projeto. Além de inconstitucional, o projeto atentaria contra a liberdade de opinião, segundo o assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Paulo Leão. O mesmo ponto de vista foi compartilhado pelo reverendo Guilhermino Cunha, para quem a “livre manifestação de afeto pelos homossexuais em locais públicos”, como garante o projeto, fere a Constituição e o Código Penal.

O professor universitário Jean Willys de Matos Santos (ex-participante do programa Big Brother, da Rede Globo), apoiou a aprovação do projeto e disse ser necessária uma lei que puna severamente o homofóbico. Segundo o mestre em Direito Penal Evandro Piza, autor de parecer pela ABGLT sobre o projeto, a liberdade de expressão está preservada na proposta.

Senadores defendem negociação dos pontos mais controversos

Favorável à proposta, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sustentou que as desigualdades não serão superadas se as diferenças não forem encaradas com fraternidade e respeito. Para Patrícia Saboya (PSB-CE), quem discrimina homossexuais deve ser punido com rigor. Também se declarou a favor da matéria os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Serys Slhessarenko (PT-MT), para quem é preciso obrigar as pessoas a se manifestarem sobre o homossexualismo com responsabilidade.

Contrário à forma atual do projeto, o senador Marcelo Cri-

vella (PRB-RJ) defendeu a revisão de alguns pontos a partir da negociação. Para o senador Wilson Matos (PSDB-PR), o projeto cria privilégios e promove uma desproporção nas penas. O senador Magno Malta (PR-ES) também avalia a proposta como draconiana e vê nela vícios de constitucionalidade.

Relatora da matéria na CDH, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) destacou as contribuições dos expositores para a elaboração de seu parecer. O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), disse acreditar que é possível construir um grande entendimento em torno do projeto.

IDOSOS - O Senado fará uma homenagem aos idosos, com uma semana em que haverá ciclo de debates, atrações culturais, visitas de associações e serviços especiais destinados a idosos. A programação dará seqüência a uma série de eventos que já homenagearam as crianças, os povos indígenas e as pessoas com deficiência. Para preparar a semana, a Subcomissão Permanente do Idoso, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, criará uma página na internet com informações sobre a legislação já aprovada no Congresso em favor dos idosos e os projetos de lei em tramitação. A página conterà, também, informações a respeito das atividades da subcomissão.

REJEIÇÕES - A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) rejeitou na quinta-feira duas sugestões legislativas enviadas pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (Condesesul), em Minas Gerais. A primeira sugestão (9/07) pedia a regulamentação da possibilidade de perda de bem móvel por abandono ou ausência de função social; a segunda (7/07), requisitos para o precatório, com o objetivo de torná-lo nominal e intransferível. Opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil está entre as competências da CDH, segundo a Resolução 1/05 que criou a comissão.



Fátima Cleide e Paim (ambos no centro da mesa), entre os debatedores do projeto contra homofobia

Fusões na telefonia em discussão

A aquisição pela empresa espanhola Telefônica de 9,9% do capital votante da Telecom Itália não levará ao controle da primeira sobre a operação da TIM no Brasil, explicou o presidente da Telefônica no Brasil, Antonio Carlos Valente da Silva, em depoimento à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Valente disse não haver “nenhuma indicação” de que a TIM e a Vivo – controlada pela Telefônica e pela Portugal Telecom – venham a ter operação compartilhada no país. Observou ainda que a Vivo e a TIM do Brasil têm estruturas societárias distintas, grupos controladores distintos e gestões independentes.

– Ainda que o Brasil represente um mercado importante

para nós, o foco dessa operação é o mercado europeu – afirmou Valente, em resposta ao senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que questionou o controle conjunto, pela Vivo e pela TIM, de mais de 50% do mercado brasileiro de telefonia celular.

A concentração do setor, por meio de recentes fusões de grupos internacionais, e seus reflexos no Brasil motivaram o presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), a apresentar o requerimento para a realização da audiência pública. Após observar que cinco empresas dispõem de mais de 90% do mercado de telecomunicações nos Estados Unidos, ele afirmou que se trava agora, no Brasil, uma disputa entre dois grandes grupos: um europeu (Telefônica) e outro latino-americano (Telmex).

O presidente da Telefônica considerou “inevitável” o debate a respeito da revisão do marco regulatório do setor, ao longo dos próximos meses. Ele recordou que o Código Brasileiro de Telecomunicações foi aprovado em 1962, quando havia apenas televisão em preto-e-branco. A Lei da TV a Cabo, ressaltou, entrou em vigor quando ainda havia monopólio estatal das telecomunicações.

O setor mudou radicalmente nos últimos anos, lembrou Valente. Os ciclos tecnológicos tornaram-se cada vez menores, aumentando as exigências de investimentos. A grande necessidade de capital para esses investimentos acabou motivando uma consolidação no mercado de telecomunicações. Na Europa, exemplificou, todas as grandes operadoras já detêm atuação relevante em vários países do continente.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) quis saber por que os ganhos de escala obtidos pelas empresas de telefonia não costumam ser repassados aos consumidores, por meio de contas com valores mais baixos. Valente destacou que o custo de acesso aos telefones celulares já caiu – como demonstrariam, disse, as recentes promoções do Dia das Mães. E o custo do serviço estaria limitado por uma “competição feroz” pelo mercado brasileiro.



Valente, ao lado do presidente da CCT, Wellington Salgado: negócio entre as empresas tem como alvo mercado europeu

Meios de comunicação tendem a convergir

Pequenas janelas para a troca de mensagens, telefonemas pela internet, programas de televisão e edição de fotografias dividiam, há poucos dias, a tela do computador da filha do presidente da Telefônica no Brasil, Antonio Carlos Valente da Silva. Ele citou o episódio, durante reunião com os senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para indicar a grande tendência do momento pela

convergência de diversos meios de comunicação.

– Assim é o consumidor do futuro. O computador já se tornou o grande objeto de desejo da população brasileira – disse Valente, em resposta ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que recordou o êxito do processo de privatização.

Valente observou, porém, que os consumidores ainda estão se habituando à convergência tecnológica, que permite a

realização de atividades antes impossíveis, como a de assistir à televisão pelo computador.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) demonstrou preocupação com a preservação da cultura brasileira com a entrada em operação, ainda neste semestre, de uma emissora de TV por satélite gerenciada pela Telefônica. O executivo disse que sua empresa não tem a preocupação de produzir conteúdos, mas apenas de transmitir programas.

MERCADO Especialistas em análise de risco econômico explicam, na CAE, critérios para nota dada ao Brasil



Operadores da Bolsa de Valores e as executivas da Standard & Poor's na CAE, com Mercadante: notas do Brasil cresceram porque são boas as perspectivas de longo prazo

Risco cai porque confiança aumenta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debateu na terça-feira passada os critérios de classificação de risco (risco Brasil) e as perspectivas de o Brasil atingir o chamado grau de investimento (investment grade) nos próximos anos. Uma das diretoras para a América Latina da Standard & Poor's (uma das mais influentes agências de classificação de risco), Lisa Schineller, disse que a instituição elevou neste ano os ratings (notas que levam em conta a qualidade de crédito de um emissor de títulos, seja um governo ou uma empresa) de crédito soberano do Brasil porque as perspectivas do país no longo prazo continuam positivas.

Lisa explicou para os senadores a diferença entre as avaliações de risco soberano e risco país. O primeiro avalia o risco de crédito do governo soberano, sua capacidade e disposição para honrar, completa e pontualmente, o pagamento de sua dívida. Já o risco país avalia as entidades dentro de um país, incluindo as empresas e os bancos.

A última avaliação de risco soberano feita pela Standard & Poor's para o Brasil foi em 16 de maio deste ano. A nota estabelecida para o país foi BB (veja quadro). Em 22 de novembro de 2006, a nota alcançada foi B. O Brasil subiu, portanto, um andar na escala de classificação da Standard & Poor's e está exatamente no meio da escala de rating da instituição.

A elevação do Brasil para a categoria imediatamente superior (BBB) é possível, segundo Lisa, mas não é garantida. Ela afirmou que os ratings atuais do Brasil apóiam-se em uma estrutura macroeconômica consistente, instituições fiscais consolidadas e uma dívida governamental menos vulnerável às flutuações da taxa de câmbio.

Esses fatores, por outro lado, são restringidos por uma elevada carga de endividamento e de juros do governo, pela inflexibilidade orçamentária e por fraquezas es-

truturais econômicas que limitam os investimentos e o crescimento econômico. Especificamente sobre crescimento, Lisa destacou que ele ainda é baixo no Brasil se comparado com o de outros países.

O compromisso do governo de melhorar ainda mais seu desempenho fiscal foi destacado por Lisa como uma das metas que podem levar o país a melhorar seu desempenho econômico e chegar à categoria de investment grade nos próximos anos.

A executiva também elogiou a política adotada pelo Banco Central (BC), a estabilidade monetária e o baixo nível de inflação. Ressaltou ainda que há indicadores que apontam redução no nível de pobreza e desigualdade social no país.

Acompanham Lisa na reunião da CAE a presidente da Standard & Poor's no Brasil, Regina Nunes, e a diretora-gerente da empresa, Milena Zaniboni.

Nova elevação do rating só virá se Brasil desatar o nó do crescimento

Para JP Morgan, Brasil é 6º no ranking dos emergentes

A taxa de risco país do Brasil, pelo índice para países emergentes Embi+(Emerging Markets Bond Index Plus), do banco JP Morgan, atingiu a marca mínima histórica dos 139 pontos na quarta-feira passada – quanto menor o número, menor o risco do país. Em janeiro, o mesmo indicador era de 193 pontos.

O risco país do JP Morgan mede o quanto investidores exigem de “prêmio” para adquirir títulos da dívida dos países emergentes, em comparação com os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, considerados de risco mínimo. Na prática, funcionam como indicadores informais do grau de confiança na economia de um país pelos investidores que movimentam recursos globalmente.

A queda do risco país brasileiro acompanha, porém em ritmo mais acelerado, a evolução do risco país das demais economias emergentes. O índice Embi+ geral, que leva em conta os 16 países (incluindo o Brasil), também recuou desde janeiro.

No primeiro dia útil do ano (2 de janeiro), o Embi+ marcava 171 pontos. No início de fevereiro, desceu para 166 pontos, subindo para 186 no dia 1º de março. Caiu novamente para 166 pontos no início de abril (dia 2) e, no início deste mês (dia 1º), cedeu para 162 pontos.

Veja ao lado as taxas de risco país das nações que compõem o índice Embi+ geral (fechamento do dia 22 de maio).

	Equador	609
	Argentina	263
	Venezuela	238
	Turquia	183
	Indonésia	150
	Brasil	139
	Filipinas	136
	Colômbia	119
	Panamá	118
	Peru	101
	Ucrânia	101
	Rússia	86
	México	76
	África do Sul	56
	Bulgária	51

Como a análise é feita pelas agências

Países e empresas costumam emitir títulos para captar dinheiro no mercado. As instituições que adquirem esses títulos (e, por isso, pagam aos países ou empresas emissoras dos títulos) devem, no futuro, receber de volta o que pagaram, acrescido de juros. Ou seja, o processo funciona como um empréstimo. Por isso, existem agências especializadas em avaliar o risco de o emissor de um título não honrar o pagamento de sua dívida. Existem várias agências de classificação, mas as principais

são as norte-americanas Standard & Poor's e a Moody's Investors Service, segundo o professor Paulo Sandroni, autor do Novíssimo Dicionário de Economia. Nenhuma das duas é ligada a instituições financeiras. A S&P pertence à empresa de mídia McGraw Hill, que edita a revista de negócios Business Week. Já a Moody's é subsidiária da Dun & Bradstreet, empresa que publica informes financeiros. Veja a seguir os sistemas de classificação de títulos das duas agências.

O que significam as notas dadas aos títulos pelas agências

	Standard & Poor's	Moody's
Da mais alta qualidade	AAA	Aaa
De alta qualidade	AA	Aa
Acima da média	A	A
Médios	BBB	Baa
Predominantemente especulativos	BB	Ba
Especulativos de baixo nível	B	B
Baixa qualidade	CCC	Caa
Altamente especulativos	CC	Ca
Pior qualidade sem pagamento de juros	C	C
Em default (inadimplência)	DDD	
Em arrears (inadimplência reiterada)	DD	
Valor duvidoso	D	

Fonte: Novíssimo Dicionário de Economia

Mercadante diz que Brasil deu “salto de qualidade”

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ser inegável que o Brasil “deu nos últimos anos um salto de qualidade” no que diz respeito aos seus fundamentos macroeconômicos e à qualidade da sua dívida. O comentário de Mercadante foi feito na reunião da CAE que ouviu as representantes da agência norte-americana de classificação de risco Standard & Poor's.

– Nos últimos dez anos, houve uma evolução espetacular do comércio exterior e, nos últimos quatro anos, dobrou o volume de exportações – afirmou o senador, ao comentar o assunto com uma das diretoras da Standard & Poor's para a América Latina, Lisa Schineller.

Mas o país pode, segundo Mercadante, avançar ainda mais. Ele destacou, por exemplo, que tem havido melhora na evolução da relação dívida/PIB (produto interno bruto), no volume de crédito e nas reservas cambiais.

Sobre as notas de avaliação de risco, Mercadante observou que, desde a crise da dívida externa em 1982, essas análises passaram a ser uma referência importante. Ressaltou também que a agência que menos errou com o Brasil foi a Standard & Poor's. Para o senador, embora a classificação de risco do Brasil ainda seja muito conservadora, é importante esse reconhecimento da melhora da economia no país.

INVESTIGAÇÕES Serão ouvidos os controladores de voo que atuavam no momento do choque e investigadores

CPI dedica semana ao acidente da Gol

Após ter aprovado seu plano de trabalho e tomar os primeiros depoimentos (leia matéria ao lado), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo do Senado se dedicará nesta semana a ouvir envolvidos com o acidente entre o Boeing da Gol e o jato Legacy da Excelair, em 29 de setembro de 2006.

Já nesta segunda-feira, às 14h30, depõem os controladores de voo que trabalhavam em Manaus, Brasília e São José dos Campos no dia do acidente. Na terça-feira, às 10h, serão tomados os depoimentos do presidente da Comissão de Investigação do Acidente da Aeronáutica, Rufino Ferreira, do chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, Jorge Kersul Filho, e do presidente da TAM, Marco Antonio Bologna.

No dia seguinte, no mesmo horário, estarão na CPI o delegado da Polícia Federal Renato Sayão Dias, responsável pelo inquérito sobre o acidente, o procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, o presidente da Associação dos Passageiros do Transporte Aéreo, Cláudio Candiota Filho, e o especialista em segurança de voo do



Wellington Rodrigues (E), representante dos controladores: setor sofre com deficiência na cobertura por radar, os “buracos negros”

Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Célio Eugênio de Abreu Júnior.

Esses depoentes estão entre as 35 pessoas que a CPI pretende ouvir, de acordo com o plano de trabalho apresentado pelo relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), e aprovado na semana passada. Ele pediu ainda informações a 19 órgãos envolvidos com a apuração do acidente da Gol e do caos aéreo, e propõe

quatro focos de investigação: Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Por sugestão do presidente da CPI, senador Tião Viana (AC), a comissão pretende também abordar, na terça-feira, o incidente da semana passada com um avião da Gol, cuja turbina pegou fogo após decolar de São Paulo.

Senadores discutem foco das investigações

Durante a discussão do plano de trabalho da CPI do Apagão Aéreo, vários senadores manifestaram preocupação com a perspectiva de a tomada de 35 depoimentos tornar impossível o cumprimento do prazo de 180 dias previsto para o fim das investigações. Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) sugeriu ao relator Demostenes Torres (DEM-GO) “enxugar” a lista de pessoas a serem ouvidas.

Já o senador José Agripino (DEM-RN) pediu que as investigações sejam focadas nos controladores e em questões que permitam esclarecer se realmente há “buracos negros” no controle aéreo nacional. Agripino quer saber também se os equipamentos estão obsoletos e sugeriu que a CPI ajude a investigar quem deve comandar o controle aéreo nacional – se civis ou militares.

Ideli Salvatti (PT-SC) preocu-

pou-se em demonstrar à população que é seguro voar no Brasil. Disse ser preciso apresentar estatísticas sobre os acidentes ocorridos no Brasil e sua correlação com a qualidade do controle do tráfego aéreo. Para ela, a CPI deve ajudar a delimitar as responsabilidades pelo acidente com o avião da Gol, uma vez que isso tem repercussões inclusive em termos de indenizações às famílias.

Controladores de voo pedem desmilitarização

Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, o presidente da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo e controlador de voo do Cindacta I, primeiro-sargento Wellington Andrade Rodrigues, sugeriu a desmilitarização e unificação da carreira.

Na opinião do controlador, a desmilitarização daria melhores condições de trabalho aos controladores e melhoraria as condições de atuação das empresas aéreas. Ele considera que os maiores problemas do setor são causados por problemas técnicos e apontou a existência de trechos no espaço aéreo com cobertura deficiente pelos

radars, chamados de “buracos negros”.

A desmilitarização do controle de vãos também foi defendida pelo presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, Jorge Carlos Botelho. Ele apontou como uma das principais causas de atrasos nos aeroportos brasileiros a utilização intensiva de aviões pela companhias aéreas, em rotas com escalas excessivas.

De acordo com o controlador, as empresas aéreas que adquirem suas aeronaves através do sistema de leasing tentam colocá-las o maior tempo possível no ar, diminuindo os custos e maximizando os lucros.

Falha humana fica cada vez mais evidente, diz relator

O relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que, baseado nas audiências até agora realizadas pelo colegiado, fica cada vez mais evidente a ocorrência de falha humana no acidente entre o jato Legacy da Excelair e o Boeing da Gol.

Para o relator, há indícios fortes de que tanto os contro-

ladores de voo como os pilotos do jato Legacy agiram com negligência, contribuindo para tragédia.

– Não há como negar que houve uma contribuição dos controladores, especialmente a partir de Brasília, para que [o acidente] ocorresse. É claro que também houve uma falha grave dos pilotos do Legacy.

ACESSO - O presidente da CPI do Apagão Aéreo, senador Tião Viana (PT-AC), e o relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), visitaram na última terça-feira o comandante interino da Aeronáutica, brigadeiro José Américo dos Santos. O objetivo da visita foi solicitar acesso a documentos relativos às investigações da Aeronáutica sobre o acidente entre o avião da Gol e o jato Legacy em setembro do ano passado.

RECONSTITUIÇÃO - O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que apresentará requerimento para realizar uma reconstituição das condições em que ocorreu o acidente aéreo envolvendo um avião da Gol e um jato Legacy, em setembro do ano passado, no qual morreram 154 pessoas. Wellington afirmou que requisitará um avião da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.) para realizar o percurso do Legacy e o do avião da Gol, atravessando o local onde ocorreu a colisão. Ele afirmou que participará da reconstituição.

Comissão da Câmara convoca 15 depoentes e amplia investigação

A CPI da Crise Aérea, da Câmara dos Deputados, aprovou a convocação de mais 15 depoentes. O relator, deputado Marco Maia (PT-RS), disse que a comissão deverá fazer uma triagem dos depoimentos para evitar que o foco dos trabalhos se restrinja ao acidente da Gol, deixando de lado discussões sobre o controle do tráfego aéreo de modo geral.

O presidente da CPI, deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), explicou que a comissão ficará “com uma prateleira de requerimentos” e vai decidir as audiências aos poucos, seguindo uma ordem lógica e o acordo entre os parlamentares.

Maia não descarta a formação de

subcomissões para aprofundar algum tema. Ele sublinhou que a investigação geral precisa prosseguir, passando agora para desvendar a crise aérea por que passou o País. “Preocupa a repetição de depoimentos ligados aos controladores e ao Cindacta. É preciso definir quem efetivamente pode nos ajudar a entender a questão”, avalia.

Ainda não foram convocados os controladores que supervisionavam o espaço aéreo no momento do acidente com o Boeing da Gol. A CPI aprovou pedido ao Ministério da Defesa da lista com os nomes dos controladores, para a apresentação de requerimento.

Para brigadeiro, número de profissionais é insuficiente

O diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Dcea), major brigadeiro-do-ar Ramón Borges Cardoso, afirmou que o número de controladores de voo no Brasil é insuficiente para permitir que todas as funções operacionais do sistema sejam desempenhadas 24 horas por dia. Apesar da carência de pessoal, o major garantiu que ela não influenciou o acidente entre o Boeing da Gol e o jato Legacy. O oficial depôs na CPI da Crise Aérea, na Câmara.

Segundo Cardoso, quando não há

segurança para o monitoramento de vãos, os controladores “seguram” as aeronaves no solo, precaução que evita riscos, mas atrasa os vãos.

O Dcea registrava um efetivo de 2.285 sargentos controladores de voo em 2006. Dez anos antes, esse efetivo era de 1.901. “A quantidade de controladores não acompanhou o crescimento do tráfego aéreo civil”, destacou o major. Segundo ele, a eficiência do sistema poderia ser maior, caso o governo não tivesse contingenciado R\$ 157,6 milhões dos recursos destinados ao Dcea.

INVESTIGAÇÕES José Nery busca apoio de senadores e deputados para comissão mista sobre Operação Navalha



Desembarque de presos acusados pela Operação Navalha em hangar da Polícia Federal, em Brasília

Novo pedido de CPI já tem 29 assinaturas

O senador José Nery (PSOL-PA) anunciou que 29 senadores já haviam assinado, até sexta-feira, o requerimento de criação de CPI mista para “investigar todas as denúncias e falcatruas” apontadas pela Operação Navalha da Polícia Federal. O número de assinaturas necessárias para criar uma CPI é de 27 senadores.

José Nery informou que vai aguardar que os deputados federais também conclua a coleta de assinaturas. Ele disse acreditar que, nesta semana, o requerimento, cujo primeiro signatário é o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), poderá ser entregue à Mesa do Congresso Nacional.

– Não devemos prejudicar ninguém, mas é preciso que todos os fatos sejam apurados de forma ve-

emente e urgente. Caso contrário, seremos considerados coniventes pela população, que sofre com a falta de escolas e com estradas esburacadas – afirmou Nery.

Depois de historiar os resultados das investigações da PF, o se-



José Nery: “É preciso que todos os fatos sejam apurados de forma veemente e urgente”

nador observou que “a sociedade brasileira está indignada” com a sucessão de escândalos, em razão dos quais foram realizadas 284 operações policiais e efetuadas 5 mil prisões, sem que os culpados tenham sido punidos de fato.

O parlamentar defendeu a reforma política e a instituição do financiamento público de campanhas como medidas para combater a corrupção.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o pedido terá “o mesmo comportamento das CPIs anteriores”, ou seja, recebido o requerimento, a Mesa vai conferir as assinaturas e avaliar se há fato determinado para as investigações. Depois, a Mesa vai esperar que os líderes partidários indiquem os senadores que farão parte do colegiado.

Agripino apóia, mas pede pressa à Polícia Federal

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), declarou apoio à criação da CPI sobre as denúncias da Operação Navalha. Logo ao descer da tribuna, Agripino tornou-se o 21º senador a assinar o requerimento. Ele pediu que a PF trabalhe rápido para evitar que as versões se sobreponham aos fatos investigados, informando ao Ministério da Justiça sobre os resultados efetivos, para que estes possam ser repassados ao Congresso.

Virgílio recebe inquérito com nomes apagados

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu a investigação da corrupção sem espetáculos e com respeito ao Estado democrático de direito. Ele recebeu em casa, de forma anônima, uma cópia do inquérito resultante da Operação Navalha em que em diversas páginas nomes de pessoas investigadas estavam cobertos por tarjas pretas. “Quero saber, precisamente, a que nomes se referem essas tarjas pretas”, advertiu.

Para Maranhão, corrupção passa pelo Executivo

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), defendeu o Congresso em discurso. – Não se faz corrupção com dinheiro público sem a participação do Executivo. É o Executivo que faz licitação de obra pública, que libera dinheiro para estados, municípios e empresas. Não é possível corrupção só com o Congresso – desabafou o parlamentar.

Renan reage a suposições levantadas pela imprensa

“Todos os investimentos que pedi para Alagoas foram solicitados pelos governadores do estado, por todos os governadores, independentemente de partido. Fiz isso com muita satisfação e vou continuar fazendo, porque o meu dever é trabalhar pelo estado.” A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao responder a perguntas dos repórteres sobre as investigações da Operação Navalha e suas eventuais relações com a construtora Gautama, acusada pela Polícia Federal de liderar um esquema de desvio de dinheiro público.

– Eu não tenho relação nenhuma. Eu conheço a pessoa [Zuleido Veras, proprietário da Gautama] como conheço as outras pessoas da mesma atividade. Todos investimentos que pedi para Alagoas foram solicitados pelos governadores do estado – reiterou.

Indagado sobre a hipótese de ter recebido presentes da Gautama, Renan lembrou que é praxe, ao final do ano, as empresas presentear os parlamentares com agendas, gravatas e outros brindes. O agradecimento a esses presentes é feito burocraticamente pelo gabinete, afirmou ele, e, muitas vezes, o parlamentar nem sabe que os brindes chegaram.

Questionado se isso não caracteriza troca de favor ou irregularidade, o senador



Renan diz não ter relações com a Gautama e que sua ação política é transparente

respondeu:

– Absolutamente não. Atividade política não pressupõe isso e a minha atividade política é absolutamente isenta. Tenho demonstrado isso ao longo dos anos. Tenho total isenção e absoluta autoridade para encaminhar qualquer providência que precise ser encaminhada. Que essas coisas fiquem claras, abertas – destacou.

Renan assinalou que manterá “isenção, transparência e absoluta autoridade” na Presidência do Congresso, e garantiu não ter conhecimento de aspectos da investigação que possam ligar seu irmão, o deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL), à Gautama.

Na sexta-feira, a revista *Veja* acusou o senador de receber recursos de lobistas. Renan que respondeu em nota (leia na página 15).

Jefferson cobra instalação do Conselho de Ética

Jefferson Péres (PDT-AM) cobrou a instalação do Conselho de Ética do Senado, cujo presidente ainda não foi escolhido. O presidente Renan Calheiros lembrou que já indicou os integrantes do conselho em março.

– O Regimento manda que o mais idoso convoque o conselho. A parte que cabe ao presidente já foi feita – frisou.

Integram o conselho, além de Jefferson, Augusto Bote-

Iho (PT-RR), Sibá Machado (PT-AC), Renato Casagrande (PSB-ES), Serys Shlessarenko (PT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG), Valter Pereira (PMDB-MT), Gilvam Borges (PMDB-AP), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Demostenes Torres (DEM-GO), Heráclito Fortes (DEM-PI), Adelmir Santana (DEM-DF), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

ACM pede autocrítica a partidos políticos

Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) defendeu a necessidade de uma ampla reformulação nas estruturas dos partidos políticos. O senador sugeriu uma reforma política que fortaleça os partidos, valorize as instituições políticas e as torne capazes de impedir que os partidos se afastem da vontade popular.

Mão Santa prega o resgate ético das instituições

Mão Santa (PMDB-PI) anunciou a divulgação de um manifesto, assinado por vários senadores do partido, conclamando o povo brasileiro – principalmente os jovens – a deflagrar uma campanha de resgate ético das instituições nacionais. A elaboração do documento foi estimulada por uma pesquisa divulgada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Marisa sugere reforma política ampla e urgente

Marisa Serrano (PSDB-MS) também defendeu uma urgente e ampla reforma política, de modo a atender aos anseios da sociedade de “transformar as estruturas arcaicas que corroem diariamente a atividade política”. – Não podemos perder mais tempo – alertou a senadora.

Jarbas elogia esforço mas teme “excessos” da PF

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou os “excessos e abusos” da Polícia Federal nas operações que vem deflagrando, ressaltando que não é contrário à ação da PF para desbaratar quadrilhas “que metem a mão no dinheiro do povo”. Mas ele teme que, com “expedientes e comportamento acima da lei”, a PF possa contribuir para a instalação de um Estado policial no Brasil.

Para João Pedro, reforma política evita corrupção

João Pedro (PT-AM) se disse indignado, “como cidadão, militante político e senador”, com a revelação do desrespeito de gestores, parlamentares e empresários com o erário. Para ele, é preciso ir além de uma CPI para debelar a corrupção. – É preciso que a sociedade brasileira pautar a reforma política, como forma de deter esse mal, essa endemia – destacou.

PLENÁRIO

Simon quer campanha contra a corrupção

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) convocou a sociedade a ocupar as ruas, de maneira pacífica e democrática, para exigir o fim da corrupção e da impunidade no país. O apelo foi feito na última sexta-feira, em Plenário, depois que o senador manifestou descrença em relação à possibilidade de ver as mudanças de valores reclamadas pela população serem feitas por iniciativa das próprias instituições públicas. O movimento, disse, poderá guiar-se pelo lema "Reage, Brasil!".

– O dinheiro público é sagrado. Os cofres públicos deveriam ser tratados como verdadeiros sacrários, mas não é o que tem ocorrido neste país. Há uma verdadeira sanha de uns poucos, que já não são tão poucos, sobre uma riqueza que deveria ser de todos – afirmou.

De acordo com Simon, em nenhum momento da história do país as estruturas de poder estiveram tão contaminadas pela corrupção. Ele disse que



Pedro Simon sugere o lema "Reage, Brasil!" a movimento da sociedade nas ruas pelo fim da corrupção e da impunidade

o problema está presente no Congresso, no Executivo e no Judiciário, todos infiltrados por "poder paralelo" que mina a legitimidade das instituições. O Congresso, observou, teve um índice de 98,9% de rejeição dos entrevistados em pesquisa de opinião.

– As pessoas não acreditam mais na representação política.

Aos olhos da população, estamos todos aqui como protagonistas de um grande teatro do absurdo. Pior, ela generaliza, ela nos imagina apenas no papel de vilões, usurpadores da coisa pública – destacou Simon, ao salientar que os desvios de dinheiro público geram impacto nas "filas dos hospitais e na escuridão do analfabetismo".

Mão Santa aponta prejuízos para industriais

Mão Santa (PMDB-PI) fez duras críticas ao governo e à classe política, afirmando que o alto nível de corrupção no país corrói a democracia, além de prejudicar as relações com os industriais. O senador também criticou o excesso de burocracia do governo, as altas taxas de juros e a insegurança jurídica, observando que a Justiça está "desmoralizada".

Ao elogiar a atuação da indús-

tria nacional, Mão Santa disse que os empresários brasileiros são "heróis anônimos", pois trabalham numa conjuntura adversa, com juros altos, excesso de burocracia e elevada carga tributária. Ele acrescentou que essa conjuntura é agravada pelos problemas de infra-estrutura, encontrados, por exemplo, nas estradas e portos.

O senador observou que os trabalhadores, principalmente os

ruais, são as maiores vítimas da conjuntura adversa, devido à elevada carga tributária. De acordo com Mão Santa, essa é a classe mais sacrificada, pois seis meses de seu trabalho são dados para o governo em impostos.

O agravante, destacou o parlamentar, é que o governo não devolve esse pagamento para o trabalhador em forma de serviços de saúde "nem em respeito".

João Pedro: "Cadeia para quem rouba dinheiro público"

João Pedro (PT-AM) disse na sexta-feira ter certeza de que a sociedade brasileira ganhará a batalha contra a corrupção. Depois de citar índices positivos da economia, como baixa expectativa de inflação e aumento das taxas de emprego, ele destacou que o Brasil precisa elevar os padrões éticos dos gestores públicos, dos políticos e dos empresários.

– Cadeia para quem rouba dinheiro público; minha indignação é a mesma do povo brasileiro – afirmou João Pedro, após 20 minutos de análise dos resultados positivos da economia e de relembrar a luta contra a po-

breza e o avanço das instituições democráticas no Brasil.

O senador lembrou que o país ostenta reserva cambial de US\$ 125 bilhões, saldo comercial de mais de US\$ 40 bilhões e superávit de conta corrente de mais de US\$ 14 bilhões.

– Acredito que o Brasil caminha para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento econômico sustentável. Ambos causam efeito positivo na redução da pobreza e na inclusão social – ressaltou.

O Ministério do Trabalho e Emprego registrou, segundo João Pedro, que em abril deste ano



Ao citar índices positivos da economia, João Pedro cobra elevação dos padrões éticos

foram contratadas, com carteira assinada, 302 mil pessoas – uma elevação de 1,08% em relação a março. Esse, informou, é o maior resultado de empregos registrado em um mês até agora pelo governo.

Heráclito defende ex-ministro do TCU

Heráclito Fortes (DEM-PI) defendeu Adylson Motta, ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e ex-deputado federal, das suspeitas de envolvimento com o esquema de fraudes em licitações liderado pela empreiteira Gautama. De acordo com o senador, a revista Veja, na edição do último fim de semana, menciona uma gravação telefônica em que o ex-ministro seria

citado por pessoas acusadas de envolvimento nesse esquema.

O senador explicou que a conversa, ocorrida no dia 29 de agosto do ano passado, refere-se a uma reunião que teria sido realizada na casa de Adylson Motta naquele mesmo dia. Heráclito ressaltou, no entanto, que o ex-ministro deu seu último expediente no TCU no dia 23 daquele mês. A conversa, então, seria "uma

bravata, uma picaretagem", pois ocorreu quando Adylson "não poderia assinar mais nada".

– Foi uma armação de um picareta para tomar dinheiro do dono da empresa, que era o picareta maior – disse o parlamentar, referindo-se aos interlocutores da conversa: o lobista Sérgio Sá e o empresário Zuleido Veras, proprietário da Gautama, construtora que liderava o esquema.

Renan responde a matéria da revista Veja

Na sexta-feira a revista Veja publicou reportagem, assinada pelo repórter Policarpo Junior, que acusa o presidente do Senado, Renan Calheiros, de receber recursos provenientes de lobista ligado à construtora Mendes Júnior. Renan negou e divulgou a seguinte nota:

Nota oficial

Considerando as matérias jornalísticas veiculadas nas últimas horas conferindo maliciosamente outra dimensão às minhas relações pessoais, cumpre-me esclarecer:

1.º) Nunca recebi qualquer recurso ilícito ou clandestino de qualquer empresa ou empresário;

2.º) Jamais tive qualquer despesa ou gasto pessoal ou de meus familiares custeados por terceiros. Meus compromissos sempre foram honrados com meus próprios recursos;

3.º) Todas as minhas atividades relacionadas ao exercício dos mandatos que me foram honrosamente conferidos pautaram-se pela mais absoluta transparência. Não tenho nada

a esconder ou dissimular. As doações efetuadas para minhas campanhas eleitorais foram efetivadas em absoluta conformidade com a lei e constaram das respectivas prestações de contas;

4.º) É intolerável que de uma turbulência circunscrita à minha mais íntima privacidade se queira extrair ilações desarrazoadas e conclusões perversas;

5.º) Sempre defendi a liberdade de imprensa. É pedra angular do regime democrático. Mas seu exercício pressupõe seriedade e responsabilidade, sob pena de transformar-se em instrumentos mesquinhos e inconfessáveis.

Brasília-DF, 25 de maio de 2007.

Senador RENAN CALHEIROS

Sérgio Zambiasi sugere inutilização de seringas

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) voltou a defender, na sexta-feira, a regulamentação da Lei 9.273/96, que exige a inclusão de dispositivo de segurança em seringas descartáveis que impeçam sua reutilização. Ele afirmou que, atualmente, "as seringas só são realmente descartáveis se o usuário assim o quiser". Nada impede que outro usuário, como um dependente químico, as reutilize.

– Essa lei foi aprovada e sancionada há 11 anos, mas ainda não foi colocada em prática porque carece de regulamentação por parte do Executivo – lamentou o parlamentar.

O senador citou estimativas do Ministério da Saúde para in-

formar que há mais de 1 milhão de usuários de drogas injetáveis no Brasil.

Em defesa da quebra de patente

Zambiasi lembrou que o governo determinou, no início do mês, o licenciamento compulsório do medicamento Efavirenz, usado no tratamento da Aids. A decisão ocorreu após tentativa fracassada de negociação com o laboratório Merck Sharp & Dohme, fabricante do remédio, visando à redução no seu preço.

Ele disse que o licenciamento compulsório é mecanismo previsto pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Raupp pede políticas de desenvolvimento

O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), defendeu a adoção de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento regional. Apesar do consenso em torno do assunto, o líder do PMDB destacou que esse é um dos temas em que as iniciativas governamentais mais encontram "problemas, empecilhos e impedimentos".

– É assim com a novela de recriação das agências de desenvolvimento do Norte e do Nordeste, Sudam e Sudene, que, até o momento, pouco avançou além dos planos e das intenções. O mesmo se dá, talvez pior ainda, com as zonas de processamento de exportação [ZPEs], instituídas por lei em 1988.

Gilvam Borges condena exame de ordem da OAB

Gilvam Borges (PMDB-AP) voltou a condenar a avaliação realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para ingresso de novos profissionais, por entender que as denúncias de fraudes feitas pela Polícia Federal, em relação a provas no Distrito Federal e em Goiás, demonstram a necessidade de o exame ser extinto ou redimensionado.

– Considero o exame da OAB uma excessância porque reprova 95% dos candidatos para alimentar a indústria de cursinhos que está enriquecendo muita gente. Pergunto por que os médicos, dentistas ou engenheiros não precisam fazer uma prova de aptidão para entrar em suas respectivas profissões e os advogados, sim – acrescentou.

MUNICÍPIOS Preocupação é com possibilidade de prefeitos de 1,2 mil cidades serem punidos por improbidade

CDR pede mais prazo para plano diretor

Apesar de o Conselho das Cidades ter pedido a suspensão da tramitação do projeto de lei que altera o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01) para prorrogar, até 30 de dezembro de 2007, o prazo para que os municípios possam concluir seus planos diretores locais (PLS 93/06), o ministro Márcio Fortes, que é presidente do conselho, comprometeu-se junto à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) a conversar com o relator na Câmara, João Leitão (PP-BA), em favor da proposta. O projeto, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado pelo Senado em novembro de 2006, um mês após o fim do prazo de cinco anos fixado pelo estatuto.

Conselho das Cidades sugeriu paralisação de projeto de Flexa Ribeiro

na aprovação do plano diretor, como prevê o Estatuto das Cidades, já que a tarefa compete ao legislativo municipal.

– A ampliação do prazo para evitar a punição dos prefeitos municipais parece desnecessária – argumenta o relator.

Na CDR, Flexa Ribeiro condenou a interferência do Conselho das Cidades no Legislativo. Márcio Fortes, porém, afirmou que o governo é minoria na composição do colegiado e que, na condição de presidente, ainda que eventualmente contrário, é ele quem assina as resoluções. O ministro apontou que os movimentos populares não queriam “afrouxar os prazos” do Estatuto das Cidades.

Os dados do Ministério das Cidades demonstram que apenas um em cada quatro municípios que deveriam apresentar seus planos diretores já concluiu o processo (veja tabela). O tratamento a ser dado aos demais municípios é objeto de divergência entre o ministro e o senador, já que há punições previstas para os que não concluíram o plano diretor.

Leitão apresentou no início de maio relatório contrário ao projeto, com base em recomendação do ministério de que a elaboração dos planos diretores seja concluída “sem afobação” para que tenham a qualidade necessária. Mais que isso, o deputado afirma que o prefeito não pode ser responsabilizado por improbidade administrativa no caso de atraso

O ministro e o senador concordaram que a elaboração do plano diretor é uma das principais conquistas do Estatuto das Cidades (veja texto) e que se trata de tarefa de alta complexidade técnica e política. Porém, enquanto o senador preocupa-se com a possível responsabilização dos prefeitos – o que poderia levar à cassação de seus direitos políticos –, o ministro disse que sua prioridade é a qualidade do plano diretor, o que poderia ficar comprometido caso seja feito afobadamente.

– Não estou atrás de punições, estou atrás de resultados – comentou o ministro.

Para Flexa Ribeiro, a extensão do prazo em um ano possibilitaria a aprovação dos planos diretores com qualidade, já que 2007 não é um ano eleitoral.



A construção de ciclovias é um dos itens que podem ser definidos na elaboração do plano diretor

O que é o plano diretor

O plano diretor é uma lei aprovada pela câmara municipal, de preferência com ampla participação da sociedade, com a finalidade de organizar o espaço rural e urbano do território municipal, aproveitando os recursos naturais, a infraestrutura, suas potencialidades e qualificando a ocupação humana e econômica.

Nele, é possível indicar áreas para habitação popular, para prédios comerciais e prioridades de investimentos na zona urbana ou na rural. O objetivo é atender à função social da propriedade, fortalecendo sistemas de planejamento e gestão, em consonância com o plano plurianual e as leis orçamentárias municipais.

– O plano é determinante para a evolução das cidades, já que busca planejamento ordenado, corrigindo situações de municípios que já cresceram de forma equivocada e excludente e hoje sofrem com isso. A elaboração do plano é um processo em que a população pensa e discute a

cidade onde mora, trabalha e sonha – afirma o ministro das Cidades, Márcio Fortes.

A determinação para que os municípios elaborem planos diretores foi incluída na Constituição de 1988 como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O Estatuto das Cidades, de julho de 2001, reservou um capítulo inteiro para detalhar o plano diretor e fixou prazo de cinco anos para a aprovação da lei por cidades que:

tenham mais de 20 mil habitantes; sejam integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; desejem implementar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo; ou estejam em área de interesse turístico ou de influência de empreendimentos com grande impacto ambiental. A revisão do plano diretor pelo menos a cada dez anos também é obrigatória.

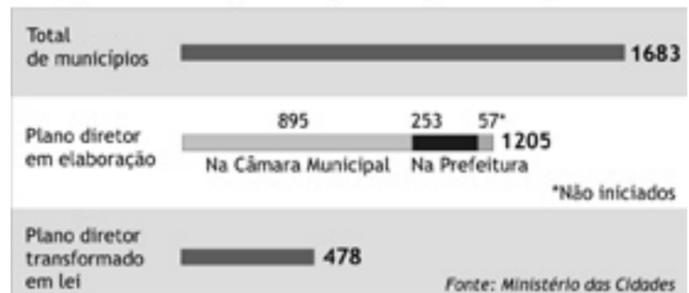
O prefeito que deixar de “tomar as providências necessárias” para a aprovação do plano diretor será processado por improbidade administrativa, que pode levar a ressarcimento do dano; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos; multa e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de crédito.

– A ausência do plano diretor traz graves consequências para a gestão da política urbana municipal.

Ela está condicionada ao plano diretor, bem como a aprovação de loteamentos e a desapropriação para obras urbanísticas. Ou seja, sem o plano, o município não poderá expandir ou adensar sua malha urbana. Essa já é uma sanção eficaz, capaz de induzir a prefeitura a elaborar o plano – afirmou o relator do PLS 93/06 na CDR, o então senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Planejamento e atendimento à função social da propriedade são metas da lei

Situação dos municípios obrigados a apresentar plano diretor



Liberação de recursos segue critérios, sustenta ministro

Suspeitas quanto aos critérios de liberação de recursos pelo Ministério das Cidades, apoiadas em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) do ano passado, foram rebatidas pelo ministro da pasta, Márcio Fortes, na audiência convocada pela CDR para debater temas de interesse dos municípios.

Enquanto o TCU acusa falhas em contratos de programas do ministério, inclusive referentes a emendas parlamentares ao Orçamento (leia ao lado), Fortes afirmou que a liberação de recursos é vinculada aos objetivos reservados a seu ministério (habitação, saneamento, transporte e desenvolvimento urbano) no Plano Plurianual de Investimentos (PPA), sem deixar de levar em conta as determinações do TCU. As leis orçamentárias e as reso-



Ao lado de Lúcia Vânia, presidente da comissão, Márcio Fortes defendeu repasses de verbas de emendas parlamentares

luções dos conselhos da área, disse, também são observados.

Flexa Ribeiro cobrou explicações quanto às dúvidas levantadas pelo TCU e questionou a interferência da Casa Civil na liberação das emendas de parlamentares.

Márcio Fortes manifestou o

entendimento de que o tribunal busca aperfeiçoar o sistema de repasse de recursos. Ele destacou ainda que o TCU não determinou qualquer punição, mas apenas fez observações.

– Eu respeito o TCU, mas há procedimentos que, se implantados, podem tornar a liberação de

verbas inviável – declarou.

O ministro admitiu que, legalmente, cabe à Casa Civil analisar o mérito e a propriedade das propostas de investimentos. Mas, apresentando gráficos que indicam a distribuição dos recursos liberados pela sua pasta, procurou demonstrar que não houve beneficiamento de qualquer partido ou região. A maior dependência teria sido a própria execução orçamentária e o cronograma definido pelo governo.

Márcio Fortes defendeu as emendas parlamentares ao Orçamento, por atenderem a obras e serviços de pequeno porte. O fim das emendas individuais voltou ao debate político após as ações da Operação Navalha, da Polícia Federal, que estabeleceu relações entre a liberação dessas emendas e irregularidades.

Veja as falhas, segundo o TCU

- Inexistência de análise gerencial sobre a adequação das obras às prioridades do governo no que diz respeito a emendas parlamentares.
- Falta de controle sobre obras executadas com verbas de emendas parlamentares.
- Deficiências na análise dos planos de trabalho pela Caixa Econômica Federal.
- Falta de comprovação, pela Caixa, de custos na análise técnica dos contratos.
- Carência de informações sobre a obra antes de o ministério autorizar a execução.
- Não observância da homologação do projeto.
- Deficiência na legalidade das licitações.
- Inconsistência nas informações divulgadas pela Caixa e pelo ministério.
- Excesso de aditamento de vigência de contratos.

Voz do Leitor

SEGURANÇA PÚBLICA

“As autoridades brasileiras investiram milhões em segurança pública para a proteção dos atletas que participarão dos jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro. O cidadão comum não recebe do Estado a proteção que lhe deveria ser concedida. Os investimentos em segurança somente ocorrem no país quando acontecem grandes eventos ou quando alguém de muita importância visita o Brasil. Essa situação é absurda. O cidadão pobre que paga seus impostos possui somente a proteção de Deus.”

Ronaldo Rodrigues de Sousa, de São Paulo (SP)

ORGANIZAÇÃO DAS LEIS

“Não basta criar ou revogar leis, é preciso organizar e limpar o lixo jurídico ainda presente nos textos vigentes. Facilitar o dia-a-dia dos cidadãos deve ser objetivo de busca incessante dos nossos representantes, agindo com precisão e sagacidade, garantindo-nos melhorias. A reorganização técnico-jurídica deve ter sua importância efetivada, e a esse fim poderiam ser dedicadas as segundas e sextas-feiras dos legisladores.”

Nathanaela Honório, de Campina Grande (PB)

AUMENTO

“Gostaria que os parlamentares explicassem o motivo que os levou a aprovar esse aumento de quase 30% em seus proventos, no momento em que a atenção do povo brasileiro estava voltada para a chegada do papa Bento XVI ao estado de São Paulo. Pergunto ainda: por qual razão não se tem dinheiro para os aposentados nem para o salário mínimo? A arrecadação de impostos no país serve somente para atender à ganância da classe política?”

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Francisco Carlos da Silva, de São Miguel Arcanjo (SP)

IMPUNIDADE

“Em uma operação para desbaratar uma central clandestina de TV a cabo na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, os policiais do 18º BPM encontraram um talonário com mais de mil clientes do serviço ilegal. Ficam duas perguntas: essas pessoas, que além de coniventes com a ilicitude financiam o crime e a corrupção, ficarão impunes? Responderão a algum processo? É o mínimo que os cidadãos de bem esperam.”

Flávio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

PARLAMENTARISMO

“Gostaria de parabenizar o senador Fernando Collor, que sugeriu mudanças no sistema de governo brasileiro. Acredito que estamos em boa hora para fazer essa mudança para o parlamentarismo. Seria um grande passo para o país, e de enorme lucro para os brasileiros.”

Eric Isdebsky, de São Paulo (SP)

“Não é possível que se leve em frente uma proposta de mudança do sistema político brasileiro como a do senador Fernando Collor. Ainda me lembro de quando escolhemos o presidencialismo, no plebiscito de 1993. É preciso que valham as regras do jogo, e uma simples decisão não possa mudar de repente os procedimentos. Se não me falha a memória, o plebiscito que decidiu pelo presidencialismo foi bem claro, o povo escolheu esse sistema de governo com larga vantagem. E não vai deixar tirarem de suas mãos o direito de escolher o chefe do poder Executivo. Reforma política, só se for pra ampliar a democracia!”

Rafael Dantas da Silva, de São Paulo (SP)

Ambiente legal

A gentileza influencia positivamente o clima organizacional das empresas, garante saúde e produtividade. Quem exercita a gentileza em casa, na rua e no trabalho melhora o seu dia-a-dia e o das outras pessoas, diz Sonia Marina Tavares da Costa, da Associação Brasileira de Qualidade de Vida.

Natalidade e aquecimento

A redução do número de nascimentos para controlar a população global é a forma mais barata e efetiva de combater o aquecimento global, segundo a ONG britânica Optimum Population Trust (OPT). A instituição observa que mesmo se o mundo todo conseguir uma redução de 60% nos níveis de emissões de dióxido de carbono até 2050 em relação aos níveis de 1990, como recomenda o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da ONU), o benefício será praticamente anulado pelo crescimento populacional. A OPT observa ainda que o



aumento da população “é amplamente reconhecido como uma das principais causas das mudanças climáticas, mas ainda assim políticos e ambientalistas raramente discutem isso por receio de provocar polêmica”.

Custo da energia solar pode cair

Painel desenvolvido pela empresa Soliant Energy, da Califórnia, reduz em 50% o custo da energia solar, concentrando a luz do sol com espelhos ou lentes em uma pequena área. A informação foi divulgada pela Technology Review.

Cidades brasileiras apóiam alternativas

A utilização da energia solar para aquecimento de água vem sendo impulsionada em cidades como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, que já aprovaram ou estão debatendo projetos que incentivam fontes alternativas.

O SAL E O CORAÇÃO - Publicado no *British Medical Journal*, o mais abrangente estudo sobre a relação entre consumo de sal e doenças cardíacas mostra que, para se ter um coração mais saudável, é preciso reduzir o sal. Conforme o dr. Jeffrey Cutler, do National Heart, Lung and Blood Institute, a pesquisa revelou que a ocorrência de ataques cardíacos e mortes causadas por doenças do coração caiu entre 25% e 30% nas pessoas que diminuíram o uso do sal na alimentação.

LÂMPADA ECOLÓGICA - A empresa britânica Ceravision anuncia que desenvolveu uma lâmpada do tamanho de uma moeda que reduz as emissões de dióxido de carbono. Denominada Continuum 2.4, ela funciona por meio de microondas e não contém mercúrio, nocivo ao meio ambiente.

O VALOR DO DINHEIRO - “Dinheiro é importante para você? Se você respondeu ‘não’, provavelmente vive em dificuldades financeiras. Você teria um computador ou um carro se não fossem importantes?”, questiona o consultor financeiro pessoal Rogério Olegário. E ele complementa: “Preste atenção aos seus pensamentos sobre dinheiro e riqueza”.

Frases

“Um bandido sai mais fácil da cadeia que uma criança da creche”

Magno Malta, ao propor um dia de debates no Senado sobre a adoção de crianças no país.

“Descerei da isenção que devo ter para assinar, em primeiro lugar, essa comissão parlamentar de inquérito”

Renan Calheiros, ao anunciar que assinará pedido de CPI mista sobre denúncias da Operação Navalha, da Polícia Federal.

“Eu quero saber se estou diante de uma polícia republicana, que está disposta a cumprir a lei e a Constituição e a prender corruptos, sim, de norte a sul do país, ou se estou diante de uma polícia parecida com a Pide de Salazar, visando perseguir desafetos e protegendo corruptos de dentro do governo”

Arthur Virgílio, questionando a isenção da Polícia Federal na condução da Operação Navalha.

“Que não paire nenhuma dúvida que as investigações, os processos têm que continuar. Uma boa parte é presa, rapidamente solta; alguns ficam mais tempo. Agora, é preciso que seja dito em alto e bom som que nenhuma das prisões foi feita sem ordem judicial”

Ideli Salvatti, defendendo as investigações da Polícia Federal.

“Se não corrigirmos as distorções e os erros na largada, ou seja, nas creches e no ensino infantil, não chegaremos ao final. Defendo o ensino infantil para que possamos fazer as correções do ensino fundamental, médio e universitário”

Rosalba Ciarlini, que pediu mais recursos e atenção do governo para creches e pré-escolas.

“É preciso que a sociedade brasileira paute a reforma política, como forma de deter esse mal, essa endemia. É preciso mobilizar o Brasil contra o roubo do dinheiro público. A quadrilha já estava se preparando para atacar os recursos do PAC”

João Pedro, indignado com os resultados da Operação Navalha.

Foto da Semana

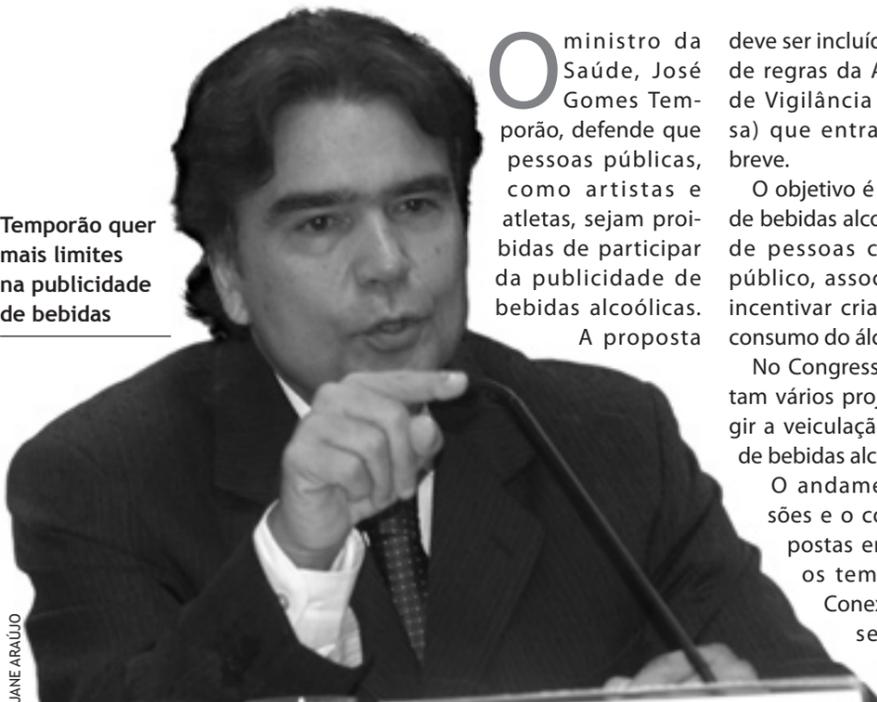
Tião Viana (E), presidente da CPI do Apagão Aéreo, do lado do relator, Demostenes Torres. A CPI do Senado que investiga as causas da crise aérea no país começou a ouvir depoimentos, e iniciou com os controladores de voo). Demostenes declarou que, no caso do acidente do Boeing da Gol, em que morreram 154 pessoas, “falha humana fica cada vez mais evidente”



Bebida sem estrelas

Temporão quer mais limites na publicidade de bebidas

JANE ARAÚJO



O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defende que pessoas públicas, como artistas e atletas, sejam proibidas de participar da publicidade de bebidas alcoólicas.

A proposta

deve ser incluída no novo pacote de regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que entrará em vigor em breve.

O objetivo é desvincular o uso de bebidas alcoólicas da imagem de pessoas conhecidas pelo público, associação que pode incentivar crianças e jovens ao consumo do álcool.

No Congresso Nacional tramitam vários projetos para restringir a veiculação de propaganda de bebidas alcoólicas.

O andamento das discussões e o conteúdo das propostas em tramitação são os temas do programa Conexão Senado desta segunda-feira, ao meio-dia.

Meio ambiente do trabalho

A Rádio Senado vai tratar ainda de meio ambiente do trabalho. O Fique por Dentro da Lei, nesta terça-feira, às 8h30, entrevista Alessandro Santos de Miranda, procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT). Ele vai falar da área em que atua no ministério, e sobre normas de segurança relativas ao trabalho rural. Miranda também vai explicar as ações do MPT na regularização das condições de trabalho no campo e como o trabalhador pode fazer valer seus direitos junto à Justiça do Trabalho.

Já o Prosa e Verso, no sábado, às 9h, com reprise domingo, às 16h, é dedicado a homenagem de Jorge Luís Borges a Buenos Aires.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

RESENHA

Quando e por que se mudam as capitais

ALEXANDRE GUIMARÃES

Dois anos antes da inauguração de Brasília, o embaixador José Osvaldo de Meira Penna, então chefe da Divisão Cultural do Itamaraty, publicou uma de suas mais relevantes obras, Quando mudam as capitais.

De especial interesse para a época, quando o projeto de Juscelino Kubitschek era rotulado de "capital artificial", o livro serviu para, entre outras coisas, "provar que o homem, desde a mais alta anti-

guidade, procurou realizar seus projetos políticos e exprimir seus anseios espirituais por meio de grandes concepções arquitetônicas e urbanísticas".

Como aponta Meira Penna, já no Império Egípcio, primeiro de Mênfis para Tebas, daí para Akhetaton e, no governo de Tuthankamon, de volta a Tebas, todas as mudanças de capital refletiam "a ação sensível dos inúmeros fatores geopolíticos, sociais ou religiosos que determinam a escolha do local e o caráter da mudança das capitais".

Para a reedição da obra pelo

Senado, na Biblioteca Básica Brasileira, o diplomata já aposentado acrescenta um capítulo em que analisa "Brasília, quarenta anos depois". A primeira edição, "voluntária e caprichosamente dedicada à defesa de Brasília", explicitou suas expectativas em prol do empreendimento.

O livro, além de apresentar diversos casos de mudanças de capital ocorridas na história, contém uma apresentação feita por JK e um prefácio de Israel Pinheiro.

Como anexos, o "Relatório sobre o

Plano Piloto de Brasília" e entrevista de Gilberto Freire sobre Brasília, intitulada "Arte, ciência e trópico em torno de alguns problemas de sociologia da arte". Em sua conclusão, Meira Penna ressalta que quem vive na capital, nascido ou migrante, sabe que "há no simbolismo de Brasília igualmente algo de transcendental, pois exige uma mudança de atitude, uma conversão, uma metanóia, uma promessa de racionalização do comportamento coletivo, a Entzauberung de que nos fala Weber".



ANA VOLPE

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro Quando mudam as capitais, de José Osvaldo de Meira Penna, editado pelo Conselho Editorial do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Acessibilidade gera parceria no Sul

Na última quinta-feira, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, foi assinado termo de ação conjunta entre aquela Casa e o Senado Federal, para reforçar a aplicação da legislação brasileira e as recomendações e normas técnicas sobre ações de acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência. O 1º secretário da Mesa, senador Efraim Morais (DEM-PB), participou da cerimônia.

Segundo informações do Cerimonial da Presidência do Senado, a assinatura do termo é a concretização de um trabalho de aproximação que começou em



MARCOS EIFLER/GOVERNO DO RS

Efraim Morais (2º à dir.) assina convênio em Porto Alegre

2003, quando, por intermédio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), firmou-se o objetivo de estabelecer a cooperação técnico-científico-cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações

e experiências, uma vez que ambas as partes teriam elegido, entre suas ações prioritárias, o atendimento às questões relativas à acessibilidade das pessoas com deficiência.

Telecentros incluem pessoas com deficiência

O Programa Acessibilidade Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego apresentaram em seminário, na quarta-feira, a metodologia de atendimento e acesso de pessoas com deficiência em telecentros – espaços informatizados para a população carente utilizar computadores e acessar a internet – que deve servir de base para a adaptação ou a construção de outros. Um dos principais objetivos da ação é possibilitar às pessoas com deficiência acesso aos bancos de dados da internet para sua inclusão no mercado de

trabalho, além do simples acesso à informação.

O seminário foi realizado até quinta-feira no Auditório Petrônio Portela do Senado. O projeto piloto do programa foi desenvolvido em Taguatinga, região administrativa do Distrito Federal.

A utilização de softwares livres, a escolha dos equipamentos de tecnologia e mobiliário e até a determinação do local da construção dos telecentros estão sistematizados no estudo e poderão ser distribuídos gratuitamente para toda a população.

Acesso para analfabeto e morador de rua

Além das pessoas com deficiências mentais, físicas e motoras, os telecentros devem ser preparados para atender às pessoas com dificuldades sociais como analfabetos, as pessoas que vivem nas ruas e os delinquentes. Foi o que afirmou, na quinta-feira, a terapeuta Ivalda Gomes, em palestra no seminário sobre a metodologia de atendimento e acesso de pessoas com deficiência em telecentros. Com 25 computadores em funcionamento, o telecentro de Taguatinga é projeto piloto.

Arquivo aberto

A Emenda Constitucional 36, que deu nova redação ao artigo 222 da Constituição federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, foi promulgada em 28 de maio de 2002 (foto). Em discurso na sessão do Congresso Nacional que promulgou a emenda, há cinco anos, o então presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que "a transformação é uma porta que só deve ser aberta por dentro.

Quando ela é aberta por fora, não deve interessar ao Brasil; é como se fosse uma porta arrombada. Por isso, temos que abrir a porta das transformações, mas temos que comandá-las. O Brasil tinha a tradição de receber o que vinha de fora; assimilava, melhorava e depois exportava. Hoje temos que estar vigilantes em relação a este mundo globalizado, portanto, temos que ter o controle sobre a transformação que ora promulgamos".



ROOSEVELT PINHEIRO

30 de maio – Em 2002, morreu o ator, compositor, poeta, escritor e radialista Mário Lago. No dia seguinte, o Plenário do Senado aprovou requerimento de pesar e prestou homenagens, como informou o Jornal do Senado de 3 de junho de 2002: "Para o senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, Mário Lago, além de ser um multiartista que honrou o povo brasileiro, foi também um militante político de esquerda preocupado com os destinos do país e de sua gente". A Rádio Senado tem, em arquivo, entrevista exclusiva feita em 1998 pelo jornalista César Motta, em que Mário Lago lembra passagens de sua vida, como o episódio em que em 1968, preso devido a seu ativismo político, encontrou Carlos Lacerda na prisão: "Nós estávamos rompidos politicamente desde 1937, mas naquele momento estávamos no mesmo barco. Eu dei a mão. E ele foi um ótimo companheiro de cadeia".

2 de junho – Há 15 anos, em 1992, entrou em vigor a Lei 8.429, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Sem medo de ir ao médico

O Ministério da Saúde recomenda que se visite o médico pelo menos uma vez por ano para prevenir, identificar e combater as doenças no início, facilitando o tratamento e a proteção da saúde. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, não se trata de "procurar doenças" e sim de fazer um

levantamento das condições da pessoa, de modo que ela possa corrigir qualquer problema ainda no início ou mudar seus hábitos de vida para garantir mais saúde na terceira idade. Veja nesta segunda edição sobre como envelhecer bem, quando e quais providências tomar para saber se a sua saúde vai bem.



Alimentação

O alimento é fundamental para a manutenção de todos os nossos processos vitais. Quase tudo que somos fisicamente é resultado do que comemos. Uma dieta adequada é aquela que assegura a ingestão equilibrada de açúcares, gorduras, proteínas, vitaminas, sais minerais, água e fibras. Assim, ao pensar em dieta, pense em que só a variedade pode garantir esse equilíbrio. O abuso de qualquer tipo de alimento em detrimento dos outros pode trazer prejuízos.

Veja as regras de ouro: evite, o máximo que puder, frituras, comidas e bebidas industrializadas, gorduras de origem animal e excesso de sal ou açúcar. Frutas, verduras e legumes variados e água são bem-vindos em grande quantidade. Prefira os cortes magros da carne de boi e a carne de peixes e aves. Não passe fome: faça seis refeições por dia: café da manhã, almoço e jantar mais reforçados, e três pequenos lanches entre eles.

Não se deixe seduzir por modismos, pela dieta que o médico prescreveu para a sua vizinha ou por essa ou aquela pesquisa, reportagem ou artigo: não há milagres para se reduzir ou manter o peso. Apenas a mudança de hábitos, produzida com muito esforço, disciplina e persistência é capaz de proporcionar equilíbrio nutricional e saúde.

Cuidado para não cair começa aos 40

Com a idade, as quedas vão se tornando um risco cada vez maior e potencialmente mais danosas, e não só para os idosos. Comece agora a mudar seus hábitos e pense no que pode ser melhorado nos ambientes onde você mora e trabalha.

- Cuidado com a escolha dos sapatos: prefira os mais confortáveis, sem salto e com solados aderentes ao piso.

- Evite usar materiais lisos e escorregadios nos pisos, ou ceras e polimento. Desníveis ou degraus são indesejáveis e, nas calçadas, cuidado dobrado.

- Banheiros, áreas de serviço e cozinhas, em que o chão costuma ser liso e ficar molhado, devem ter tapetes de borracha antiderrapantes.

- Ao embarcar e desembarcar de veículos, espere-os parar e tome cuidado com os degraus.

- Não ande com excesso de pacotes ou objetos que o impeçam de ver o caminho.

- Remova, para sempre, aquele tapete ao lado da sua cama.

- Atenção para a arrumação da casa: objetos, móveis e tapetes espalhados ou colocados de forma inadequada facilitam tropeços.

- Quanto mais luz, melhor. Ilumine bem sua casa e deixe uma luz-guia acesa para o caso de precisar ir ao banheiro ou à cozinha durante a noite.

- Piscinas, banheiras e escadas exigem corrimão para apoio: acostume-se a usá-los sempre. Pense em ter uma barra no banheiro para segurar quando for lavar os pés.

Cuidados em cada fase da vida

Até 30 anos

Mulheres

Ginecologista (anualmente):

exame ginecológico (identifica problemas como doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo);

exame dos seios (permite perceber a existência de tumores);

exame de Papanicolau (identifica câncer do colo uterino); e

aconselhamento: orientações sobre o auto-exame dos seios e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Homens e mulheres

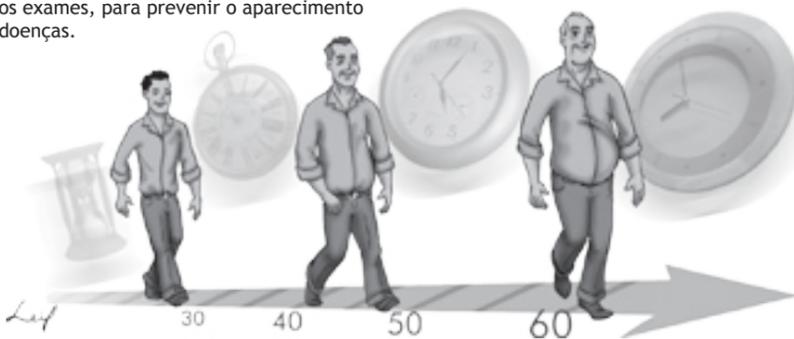
Oftalmologista: avaliação da visão a cada 2 anos. Dentista: até os 21 anos, a cada seis meses. Depois, pelo menos uma vez por ano. Clínico geral:

exame físico geral (medida de peso e altura; ausculta do coração e dos pulmões; palpação dos gânglios linfáticos, da tireóide e do abdômen; inspeção dos ouvidos, olhos e garganta; teste de reflexos neurológicos e exame geral da pele), com informações sobre o histórico de doenças do paciente e da sua família - pelo menos a cada dois anos;

medição da pressão arterial e do colesterol e triglicérides do sangue (avalia condições que, no futuro, podem levar a doenças do coração e do sistema circulatório) - pelo menos a cada dois anos;

exames completos: hemograma (análise geral do sangue: identifica anemias e outros problemas), glicemia (mede a quantidade de açúcar no sangue, identificando o diabetes), uréia e creatinina (avalia o funcionamento dos rins), exame de urina (pesquisa o funcionamento do aparelho urinário) e parasitológico de fezes (identifica se há vermes) - aos 25 e aos 30 anos ; e

aconselhamento - hábitos alimentares; consumo de sal, açúcar e cálcio; abuso de álcool, fumo e drogas; prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; uso do protetor solar - de acordo com os resultados da consulta e dos exames, para prevenir o aparecimento de doenças.



Importante: ouça seu médico

As especialidades dos profissionais e a periodicidade dos procedimentos foram sugeridas levando-se em conta uma pessoa totalmente saudável, cujos exames são sempre satisfatórios, sem qualquer sintoma de doença, e que não pertença a nenhum grupo de risco (como obesos, ou pessoas com histórico de câncer na família, por exemplo).

Cabe somente ao médico avaliar, a partir da consulta e do resultado dos exames já realizados, se a pessoa deve procurar o médico mais vezes, ser dispensada de

Entre 30 e 50 anos

Homens

Urologista: exame da próstata (além do exame do toque, podem ser solicitados um exame de sangue e uma ecografia específicos) - pelo menos a cada dois anos, a partir dos 40 anos.

Mulheres

Ginecologista:

exame ginecológico, de mamas e Papanicolau - anual;

mamografia (identifica o câncer de mama e outros tumores) - uma vez entre os 35 e os 40 anos; a cada dois anos entre os 40 e 50;

ultrasonografia pélvica (investiga câncer e outros tumores de útero, ovários e bexiga) - a cada três anos; e

Aconselhamento sobre prós e contras da reposição hormonal (por volta dos 40 anos, quando da aproximação da menopausa).

Clínico geral: exame de densitometria óssea (avaliar se há risco de osteoporose) - a cada dois anos a partir dos 40 anos.

Homens e mulheres

Oftalmologista: avaliação da visão e da pressão ocular a cada dois anos.

Dentista: pelo menos uma vez por ano.

Clínico geral (pelo menos uma vez a cada dois anos):

exame físico geral;

medição da pressão arterial e do colesterol e triglicérides do sangue;

exames completos: todos os anteriores, incluindo agora os específicos para a tireóide e, a partir dos 40 anos, o ecocardiograma (avaliação do coração) e a ecografia completa do abdome (investiga tumores/cálculos de vesícula e vias biliares, fígado, pâncreas, rins e baço); e

aconselhamento: além dos itens para as pessoas de até 30 anos, conversa sobre estilo de vida e ambiente de trabalho e familiar (avaliação do nível de estresse).

Acima de 50 anos

Homens

Urologista: exame da próstata - anualmente.

Mulheres

Ginecologista (anualmente):

exame ginecológico, de mamas, Papanicolau, mamografia e ultrasonografia pélvica.

Homens e mulheres

Oftalmologista: avaliação da visão e da pressão ocular a cada dois anos.

Dentista: pelo menos uma vez por ano.

Clínico geral (pelo menos uma vez a cada dois anos entre os 50 e os 65 anos e anualmente após os 65 anos):

exame físico geral;

medição da pressão arterial e do colesterol e triglicérides do sangue;

exame de densitometria óssea anual para as mulheres após os 40 e para os homens, após os 65 anos;

exames completos: todos os anteriores, incluindo agora o eletrocardiograma de repouso e o teste ergométrico (avaliação do coração), a radiografia do tórax (imagem do coração e pulmões) e pesquisa de sangue oculto nas fezes (detecta câncer ou lesões no intestino grosso); e

aconselhamento: além de todos os itens anteriores, alerta sobre os riscos de queda, especialmente se identificada a osteoporose.



Adultos também devem tomar vacinas

Quem disse que cartão de vacinação é coisa de criança, guardada na gaveta como lembrança? Adultos e idosos também têm um cronograma de vacinas a ser obedecido:

Todo ano - contra a gripe.

A cada dez anos - contra o tétano e difteria.

A cada cinco anos - contra a pneumonia.

Mantenha seu cartão em dia e sua saúde também!

Saiba mais

Ministério da Saúde
Biblioteca Virtual em Saúde
http://bvsm.sau.gov.br/html/pt/bibliotecas_virtuais.html

CEP 90030-130
(51) 3225.2259
www.abcdasaude.com.br

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
Largo do Machado, 29, sala 319 - Catete
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 22221-020
(21) 2285-8115

Portal da 3ª Idade
www.portalterceiridade.com.br

Psiquweb
www.psiqweb.med.br/geriat/geriat.html

ABC da Saúde
Av. Julio de Castilhos, 44, 14º andar - Centro
Porto Alegre (RS)

Vida Ativa - Revista Eletrônica da Terceira Idade
www.techway.com.br/techway/revista_idoso/index.htm